

RELATÓRIO &
CONTAS

9M16



A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/ IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.



Índice

1. Principais Destaques	4
2. Resultados Consolidados Sonaecom	4
2.1 Telecomunicações	5
2.2 Tecnologia	6
2.3 Media	9
3. Anexo	10
4. Informação Financeira	12
4.1 Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom	12
4.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom	20
4.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	80
4.4 Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom	86

1. Principais Destaques

Volume de negócios consolidado 1,6% abaixo dos 9M15 mas com as Receitas de Serviço a crescer 2,6% face ao mesmo trimestre do ano anterior, sustentadas pela área de Tecnologia

Na NOS, forte crescimento anual das Receitas e do EBITDA em Telecomunicações

Volume de negócios de 87,9 milhões de euros na área de Tecnologia, com os mercados internacionais a representar 52,6%

Cash Flow positivo de 91,6 milhões de euros, impulsionado pelos dividendos e pela venda da participação direta de 2,14% na NOS à ZOPT

2. Resultados Consolidados Sonaecom

A área de Telecomunicações, com uma participação de 50% na ZOPT – consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial – agora com uma participação de 52,15% na NOS, após a venda da participação directa de 2,14% da Sonaecom, em junho de 2016, continua a apresentar um forte desempenho.

Na área de Tecnologia, prosseguiram as iniciativas de expansão do portefólio. A criação da Bright Pixel, lançada em abril, posicionada como um *company builder studio*, representa um reforço significativo na identificação de oportunidades de investimento em projetos *early stage*. Durante o primeiro semestre, a Sonae IM e a S21Sec reforçaram a sua posição no mercado europeu de cibersegurança, através da aquisição da Sysvalue. Com esta aquisição, a Sonae IM detém agora, através das suas empresas de portefólio, a posição de liderança em cibersegurança em Portugal, sendo capaz de alavancar sinergias significativas entre o Grupo S21Sec Gestión e a Sysvalue. Em julho, foi anunciada a aquisição da InovRetail, uma empresa de análise de dados que apoia o processo de tomada de decisão do retalhista e, em agosto, foi anunciado o acordo com o Novo Banco S.A. para aquisição de unidades de participação em 3 fundos de capital de risco, estando a referida transação condicionada à obtenção da necessária autorização do Banco de Portugal. Esta última transação permitirá reforçar o portefólio através de participações relevantes em empresas de base tecnológica, como a Outsystems e a Feedzai.

Volume de Negócios

Nos 9M16, o Volume de Negócios consolidado alcançou 98,1 milhões de euros, decrescendo 1,6% face aos 9M15. Esta redução foi impulsionada por um decréscimo de 1,4% nas Receitas de Serviço e de 1,9% nas Vendas de Equipamento. Contudo, deve destacar-se que, pelo segundo trimestre consecutivo, as Receitas de Serviço apresentaram uma evolução positiva, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 98,4 milhões de euros, 1,0% acima do valor registado nos 9M15. O nível de Custos com Pessoal cresceu 1,5% devido a um acréscimo no número médio de colaboradores. Os Custos Comerciais decresceram 1,5% para 28,5 milhões de euros, impulsionados pelo decréscimo do Custo das Mercadorias Vendidas, em linha com o decréscimo das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, o acréscimo é maioritariamente explicado pelo maior valor dos Serviços Subcontratados.

EBITDA

O EBITDA total atingiu 16,5 milhões de euros, 16,6% abaixo do valor alcançado nos 9M15, justificado essencialmente pelo decréscimo do EBITDA do portefólio mas também pela diminuição de 2,5% da linha do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), esta particularmente influenciada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 40,1% para 8,5 milhões de euros, explicado pelo menor valor do EBITDA e pelo valor mais elevado das depreciações.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de 5,2 milhões de euros nos 9M16, influenciados negativamente pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS, que tem por base o preço de mercado até à sua venda e que resultou num valor negativo de 15,7 milhões de euros, e influenciados positivamente por 1,8 milhões de euros de dividendos recebidos bem como pela mais-valia gerada pela venda à ZOPT da participação direta de 2,14% na NOS. Nos 9M15, este ajustamento ao justo valor foi positivo em 23,5 milhões de euros e os dividendos recebidos ascenderam a 1,5 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom decresceu para um valor de 3,3 milhões de euros, sendo este decréscimo explicado pelo desempenho ao nível dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se em 6,0 milhões de euros, que compara com 40,3 milhões de euros obtidos nos 9M15.



CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional aumentou para 8,2 milhões de euros, representando 8,3% do Volume de Negócios, 2,2 p.p. acima dos 9M15.

Estrutura de Capital

A posição de *cash* aumentou 73,3 milhões de euros desde dezembro de 2015 totalizando 242,4 milhões de euros. Este desempenho nos 9M16 foi impulsionado principalmente pela venda da participação direta de 2,14% na NOS, por 82,8 milhões de euros, à ZOPT que contraiu dívida para financiar esta aquisição, mas também pelos 20,1 milhões de euros de dividendos recebidos da NOS e da ZOPT parcialmente compensados pelos 17,7 milhões de euros de dividendos pagos.

2.1 Telecomunicações

As Receitas Operacionais da NOS registaram 1.124,1 milhões de euros nos 9M16, um crescimento de 5,3% face aos 9M15.

O EBITDA alcançou 431,8 milhões de euros, um aumento de 5,3% face aos 9M15, representando uma margem EBITDA de 38,4%.

Nos 9M16, o CAPEX atingiu 292,6 milhões de euros, um decréscimo de 0,7% quando comparado com os 9M15. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX aumentou 20,8%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA foi de 2,0x no final dos 9M16 e a maturidade média da dívida alcançou os 3,3 anos.

A NOS publicou os resultados dos 9M16 em 7 de novembro de 2016, disponíveis em www.nos.pt.

Durante os 9M16, a cotação da ação da NOS desvalorizou 16,4%, de €7,246 para €6,057, que compara com uma desvalorização de 13,5% do PSI20.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais ('000)	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
RGUs Totais	8 276,7	8 941,5	8,0%	8 746,4	2,2%	8 276,7	8 941,5	8,0%
RGUs Convergentes	2 665,0	3 271,0	22,7%	3 156,8	3,6%	2 665,0	3 271,0	22,7%
Subscritores IRIS	825,1	955,1	15,8%	927,3	3,0%	825,1	955,1	15,8%
Subscritores 3,4 and 5P	936,7	1 040,0	11,0%	1 018,2	2,1%	936,7	1 040,0	11,0%

Indicadores Financeiros

Milhões de euros	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
DESTAQUES NOS								
Volume de Negócios	367,9	381,0	3,5%	372,8	2,2%	1067,9	1124,1	5,3%
EBITDA	143,5	145,2	1,2%	148,7	-2,3%	409,8	431,8	5,3%
Margem EBITDA (%)	39,0%	38,1%	-0,9pp	39,9%	-1,8pp	38,4%	38,4%	0,0pp
Resultado Líquido	26,2	27,5	4,8%	26,5	3,8%	73,5	78,4	6,6%
CAPEX	97,9	96,6	-1,4%	101,0	-4,3%	294,6	292,6	-0,7%
EBITDA-CAPEX	45,6	48,7	6,8%	47,7	2,0%	115,2	139,2	20,8%

2.2 Tecnologia

A área de Tecnologia tem continuado a prosseguir a sua estratégia de gestão ativa de portefólio, com o objetivo de se reforçar como referência tecnológica à escala internacional, em áreas selecionadas do setor IT, lançando a Bright Pixel e fechando as aquisições da Sysvalue e da InovRetail nos 9M16.

Esta área é atualmente composta por seis empresas do sector IT/IS. As seis empresas geraram cerca de 52,6% das suas receitas fora do mercado Português, estando 42% do total dos 998 colaboradores localizados fora de Portugal.

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *software* de *Revenue Assurance* e *Fraud Management*, colabora com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países. 77,4% do seu volume de negócios foi gerado no mercado internacional.

Durante os 9M16, a WeDo esteve presente e organizou alguns eventos, nos quais revelou detalhes das suas novas soluções e funcionalidades RAID. A WeDo esteve presente em: (i) *NRF's Annual Convention* em Nova Iorque, (ii) *Mobile World Congress* em Barcelona e (iii) *4th Annual Revenue Assurance Forum for Utilities* em Londres; e organizou (i) a sua primeira conferência em Kuala Lumpur (contou com a presença de mais de 11 operadoras e 79 delegados), (ii) a sua primeira conferência em Santiago (Chile) (mais de 55 convidados de 6 países da América Latina e 5 operadores de telecomunicações), (iii) a segunda edição de conferências Wedo na América do Norte em Miami (58 delegados, 14 operadoras e 6 países representados), e (iv) o seu 11º evento anual *Worldwide User Group and Summit* em maio, atraindo mais de 450 participantes e 55 operadores, incluindo uma grande comunidade de gestores de *Revenue Assurance (RA)* e *Fraud Management (FM)*, representando mais de 45 países de todo o mundo.

Durante este período, a empresa adquiriu nove novos clientes de telecomunicações (4 na Europa, 1 na Ásia e Pacífico, 2 na América do Norte, 1 nas Caraíbas e 1 em África), alargando a sua base de clientes em três novos países: Tunísia, Chipre e Bahamas. Destes novos clientes, 80% estão relacionados com vendas do *software* de *Revenue Assurance* e *Fraud Management*. O número de instalações de *software* sob os contratos de manutenção de *software* ativos também aumentou de 150 (no final de 2015) para 164, estando quase na totalidade relacionados com o *software* de *Revenue Assurance* e *Fraud Management* mas também com soluções *Broker Family (Incentives Broker)*. Também é de salientar que a WeDo obteve a renovação da certificação ISO 27001 durante este período.

A S21Sec é líder multinacional em cibersegurança, exclusivamente focada em fornecer serviços e tecnologias de segurança. A empresa, desde a sua fundação, cresceu através do constante investimento em inovação e atualmente trabalha com uma carteira de clientes global, mantendo as suas equipas em Espanha, Portugal, México e Reino Unido, juntamente com uma rede de parceiros selecionados que garantem suporte local e ponto de contacto em mercados chave. Durante os 9M16, a S21Sec lançou uma nova estratégia de marca com a mensagem "S21Sec, Your Cybersecurity Company" dando ênfase ao foco da empresa no cliente e à sua longa experiência e profundo conhecimento do mercado. A S21Sec também introduziu o *σSigma21*, o seu renovado e diferenciador portefólio de serviços que integra, numa única plataforma, *Advanced Cybersecurity Services (ACS)*, *SOC-CERT* e *Professional Services*. A empresa também aproveitou a oportunidade para lançar uma nova adição ao seu portefólio de produtos *Lookwise: Lookwise Compliance Manager (LCM)* para o *PCI-DSS*, que é uma solução direcionada às dificuldades que as empresas experienciam ao obter ou manter esta certificação.

Um novo website e redes sociais têm vindo a ser usados como meios para comunicar o relançamento da oferta de formação de segurança da empresa: Academia S21Sec. De forma a melhorar continuamente os seus pontos de contacto com os clientes, a S21Sec introduziu o contacto de emergência 24x7x365, para o qual as empresas que já sofreram ou estão no processo de experienciar um incidente cibernético podem ligar e receber apoio especializado imediato.

Durante este período, a S21Sec também reforçou a sua posição internacional através da formalização de um acordo de distribuição com a Sphere Alliance International, um grupo de empresas especializadas em produtos e serviços de ATM com atividade na América, Europa e Ásia, e assinou acordos estratégicos para distribuir o seu principal produto, o *Lookwise Device Manager* para ATM, com a Prosegur e Eurotechzam. A S21Sec também continuou a demonstrar o seu compromisso com o setor do governo e a sua colaboração com as agências de aplicação da lei, tornando-se um dos membros fundadores da European Cyber Security Organisation (ESCO), uma parceria público-privada com a Comissão Europeia, e trabalhando com a Europol para disponibilizar formação especializada em fraude bancária.

A Saphety é uma empresa que disponibiliza soluções para otimização de processos de negócios, com uma posição relevante na faturação eletrónica e em soluções de *EDI (Electronic Data Interchange)*, assim como na sincronização de dados de informação para as organizações mundiais da GS1.

Este período foi marcado por uma boa atividade comercial, com alguns importantes contratos, incluindo Validoo Sweeden (GS1), ADIF Spain, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, Brisa e vários operadores no setor da saúde. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.500 clientes e 130.000 utilizadores em cerca de 26 países. Como resultado desta atividade comercial, as receitas internacionais aumentaram mais de 43,5% face aos 9M15, nomeadamente na linha de negócios SaphetySYNC (+27%), com os mercados internacionais a representar cerca de 44,0% do total do Volume de Negócios. Também relevante, a rentabilidade cresceu 15% quando comparada com os 9M15.

A atividade da Saphety obteve também a certificação ISO27001, reforçando o seu compromisso com as melhores práticas mundiais.

A Bizdirect é uma empresa tecnológica que se posiciona como um *player* de referência na comercialização de soluções de IT, na gestão de contratos corporativos e na integração de soluções empresariais sobre a tecnologia Microsoft.



Durante os 9M16, a sua unidade de negócios de licenciamento, com foco na gestão de contratos Microsoft, cresceu 15% em receitas face aos 9M15, com 24 novos clientes, e o seu modelo de negócios *Nearshore*, através do Centro de Competências da Bizdirect em Viseu, duplicou o seu Volume de Negócios em comparação com o mesmo período de 2015.

As receitas internacionais representam 9,0% do total do Volume de Negócios e a notoriedade da Bizdirect no mercado europeu está a crescer com novos países alvo a ser alcançados: Alemanha, França, Irlanda, Hungria e Suíça. O *Nearshore* conta já com 23 clientes internacionais em 15 países.

A InovRetail é uma empresa cujo *core business* é o desenvolvimento de ferramentas analíticas avançadas, focadas em apoiar retalhistas na melhoria da sua performance e tomada de decisão mais informada. O principal produto da empresa é o mecanismo de análise previsional Smart Measure, que fornece previsões altamente confiáveis de vendas, impactos de promoções e níveis de stock, com base em algoritmos que combinam os dados das lojas dos retalhistas com mais de 100 fontes externas. Os próximos passos incluem acelerar o crescimento nos mercados já existentes assim como penetrar novos mercados através do investimento no crescimento de equipas, melhoria da plataforma de SaaS e reforço em Investigação e Desenvolvimento.

A Bright Pixel, anunciada publicamente em abril, um *company builder studio*, conta com um grupo experiente de programadores, *designers*, gestores de produto e investidores, cujo objetivo é transformar a criação de novas empresas e a forma como estas lidam com a inovação. A Bright Pixel gere todo o ciclo de vida, desde as fases de experimentação e laboratório que têm como objetivo identificar ideias e projetos que devam integrar o seu programa de incubação. A Bright Pixel investe e apoia o desenvolvimento de projetos criados internamente bem como auxilia o seu primeiro lote de *startups* convidadas no seu *roadmap* de desenvolvimento de produtos e lançamento no mercado. Atualmente, podemos destacar *Probe.ly* e *Graf.ly*, dois projetos internos que foram selecionados para o Lisbon Challenge e Web Summit, bem como, Eat Tasty e Meshapp, agora lançando os seus projetos para diversas geografias. A Bright Pixel está também a investir em eventos, como o recentemente realizado *Pixels camp*, de forma a conectar a sua atividade com a comunidade tecnológica assim como promover uma relação estreita com os seus parceiros, desenvolvendo rápidas provas de conceito com vista a resolver as necessidade tecnológicas e de negócio em temas como retalho, *media*, cibersegurança e telecomunicações.

Em outubro, o IFD (Instituição Financeira de Desenvolvimento) aprovou (ainda num relatório preliminar) o montante de €3,8 milhões de euros num fundo de capital de risco a ser gerido pela Bright Ventures, uma subsidiária da Bright Pixel.

Indicadores Financeiros

Milhões de euros

TECNOLOGIA - DEM. RESULTADOS	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
Volume de Negócios	29,1	27,3	-6,3%	34,1	-19,9%	88,6	87,9	-0,8%
Receitas de Serviço	20,0	20,6	2,8%	22,7	-9,5%	63,4	62,6	-1,3%
Vendas de Equipamento	9,1	6,7	-26,3%	11,3	-40,6%	25,2	25,3	0,5%
Outras Receitas	0,3	0,1	-51,2%	0,2	-21,1%	0,9	0,6	-34,6%
Custos Operacionais	27,1	26,2	-3,1%	32,9	-20,3%	83,2	85,4	2,6%
Custos com Pessoal	9,9	11,0	11,5%	9,7	13,3%	29,5	30,7	4,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	9,4	6,5	-31,1%	11,8	-45,5%	25,8	25,6	-0,8%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	7,8	8,8	12,0%	11,3	-22,7%	27,9	29,0	4,1%
EBITDA	2,3	1,2	-46,9%	1,4	-9,4%	6,2	3,1	-49,4%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,4	1,2	-48,2%	1,4	-9,4%	6,3	3,1	-50,6%
Margem EBITDA (%)	8,2%	4,5%	-3,7pp	4,0%	0,5pp	7,1%	3,6%	-3,6pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	1,6	3,0	86,0%	2,8	8,0%	5,2	7,6	45,3%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,6%	11,0%	5,5pp	8,2%	2,8pp	5,9%	8,6%	2,7pp
EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional	0,8	-1,8	-	-1,4	-24,5%	1,1	-4,4	-
CAPEX Total	1,6	4,6	185,6%	3,7	24,0%	5,2	10,1	94,3%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na área de Tecnologia; (4) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios decresceu 0,8% face aos 9M15, alcançando 87,9 milhões de euros. As Receitas de Serviço decresceram 1,3%, totalizando 62,6 milhões de euros. As Vendas de Equipamento cresceram 0,5% para 25,3 milhões de euros. No entanto, deve destacar-se a evolução positiva de 2,8% das Receitas de Serviço quando comparadas com o mesmo trimestre do ano anterior.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais cresceram 2,6%, alcançando 85,4 milhões de euros, impactados pelo maior valor de Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 4,3% devido ao crescimento do número de colaboradores. Os Custos Comerciais decresceram 0,8% devido ao Custo das Mercadorias Vendidas que, apesar do maior nível de Vendas de Equipamento, decresceu gerando margens mais elevadas.

EBITDA

O EBITDA do portefólio atingiu 3,1 milhões de euros, diminuindo 50,6% face aos 9M15 e alcançando uma margem de 3,6%.

EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível de EBITDA do portefólio e do maior nível do CAPEX, o EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional situou-se nos 4,4 milhões de euros negativos, diminuindo quando comparado com os 9M15.



2.3 Media

Durante os 9M16, o Público continuou a seguir a sua estratégia digital, reforçando as suas competências digitais e a sua presença em plataformas *online* e continuou a ser reconhecido pela SDN (*Society for News Design*), com a atribuição de 6 prémios para a edição *online* e *offline*. A edição *offline* recebeu uma menção honrosa na categoria de Infografia enquanto a edição *online* recebeu 5 menções honrosas por trabalhos de *design* digital, sendo o único órgão de informação português na lista de vencedores do prémio.

Este período foi também marcado pelo reforço da presença do Público no Brasil, através da co-organização de um evento em parceria com a Globo, pela cobertura do Euro 2016 e, recentemente, por uma nova Direção Editorial que iniciou as suas funções em outubro.

O desempenho positivo das receitas *online* (tanto de publicidade como de circulação) juntamente com a redução de custos, decorrente das iniciativas de reestruturação implementadas no final do ano de 2015, impactaram positivamente o EBITDA, que, apesar de negativo em 1,9 milhões de euros, mostra uma melhoria de 1,3% face aos 9M15.

3. Anexo

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
Volume de Negócios	32,6	30,5	-6,3%	37,8	-19,3%	99,7	98,1	-1,6%
Receitas de Serviço	21,2	21,7	2,6%	24,5	-11,3%	67,7	66,7	-1,4%
Vendas de Equipamento	11,4	8,8	-22,9%	13,3	-33,9%	32,0	31,4	-1,9%
Outras Receitas	0,5	0,2	-55,4%	0,3	-20,1%	1,3	0,9	-28,7%
Custos Operacionais	31,6	30,6	-3,2%	37,2	-17,5%	97,5	98,4	1,0%
Custos com Pessoal	12,5	13,5	8,1%	11,9	13,7%	37,3	37,8	1,5%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	10,3	7,4	-28,3%	12,8	-42,3%	29,0	28,5	-1,5%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,8	9,7	10,3%	12,5	-21,8%	31,3	32,1	2,6%
EBITDA	7,1	5,8	-18,2%	6,3	-8,1%	19,8	16,5	-16,6%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	1,4	0,1	-92,6%	0,9	-88,6%	3,5	0,6	-82,8%
MEP ⁽⁴⁾	5,6	5,7	0,7%	5,4	5,7%	16,3	15,9	-2,5%
Margem EBITDA do portefólio (%)	4,4%	0,3%	-4,1pp	2,4%	-2,1pp	3,5%	0,6%	-2,9pp
Depreciações e Amortizações	1,9	3,4	75,7%	2,2	56,8%	5,6	8,0	43,8%
EBIT	5,1	2,4	-53,4%	4,1	-42,0%	14,3	8,5	-40,1%
Resultados Financeiros	1,8	-0,2	-	10,9	-	25,2	-5,2	-
Proveitos Financeiros	2,9	1,4	-52,6%	11,7	-88,4%	27,6	14,2	-48,5%
Custos Financeiros	1,1	1,5	41,6%	0,8	84,9%	2,4	19,5	-
EBT	6,9	2,2	-68,1%	15,0	-85,3%	39,5	3,3	-91,6%
Impostos	-0,4	0,3	-	0,9	-61,4%	-0,5	2,3	-
Resultado Líquido	6,5	2,5	-61,1%	15,9	-84,0%	39,0	5,7	-85,5%
Atribuível ao Grupo	6,8	2,5	-63,0%	15,9	-84,1%	40,3	6,0	-85,1%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	-0,3	0,0	-	0,0	-	-1,3	-0,3	73,6%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 45% na SIRS, a participação de 50% na Big Data e a participação de 50% na ZOPT.

Balanço Consolidado

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
Total Ativo Líquido	1.114,3	1.053,7	-5,4%	1.058,0	-0,4%	1.114,3	1.053,7	-5,4%
Ativo Não Corrente	792,5	741,5	-6,4%	744,0	-0,3%	792,5	741,5	-6,4%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	29,1	30,8	5,7%	29,3	5,0%	29,1	30,8	5,7%
Goodwill	29,3	27,6	-5,7%	27,2	1,5%	29,3	27,6	-5,7%
Investimentos	725,6	676,3	-6,8%	681,1	-0,7%	725,6	676,3	-6,8%
Impostos Diferidos Ativos	8,2	6,5	-20,2%	6,1	7,0%	8,2	6,5	-20,2%
Outros	0,3	0,3	4,2%	0,3	5,2%	0,3	0,3	4,2%
Ativo Corrente	321,8	312,2	-3,0%	313,9	-0,6%	321,8	312,2	-3,0%
Clientes	34,4	40,1	16,7%	46,5	-13,8%	34,4	40,1	16,7%
Liquidez	181,9	248,9	36,8%	240,7	3,4%	181,9	248,9	36,8%
Outros	105,5	23,2	-78,0%	26,7	-13,3%	105,5	23,2	-78,0%
Capital Próprio	1.046,7	989,9	-5,4%	987,7	0,2%	1.046,7	989,9	-5,4%
Atribuível ao Grupo	1.048,2	991,5	-5,4%	989,3	0,2%	1.048,2	991,5	-5,4%
Interesses Sem Controlo	-1,5	-1,6	-5,6%	-1,6	1,1%	-1,5	-1,6	-5,6%
Total Passivo	67,6	63,8	-5,6%	70,3	-9,3%	67,6	63,8	-5,6%
Passivo Não Corrente	14,5	11,0	-23,7%	9,1	20,9%	14,5	11,0	-23,7%
Empréstimos Bancários	9,1	4,4	-51,4%	4,4	-0,2%	9,1	4,4	-51,4%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	3,4	4,2	23,9%	3,1	37,9%	3,4	4,2	23,9%
Outros	2,0	2,4	21,1%	1,7	46,1%	2,0	2,4	21,1%
Passivo Corrente	53,1	52,8	-0,7%	61,2	-13,8%	53,1	52,8	-0,7%
Empréstimos	2,1	1,1	-48,2%	1,1	-4,9%	2,1	1,1	-48,2%
Fornecedores	17,3	19,0	9,9%	26,4	-27,8%	17,3	19,0	9,9%
Outros	33,7	32,6	-3,2%	33,7	-3,0%	33,7	32,6	-3,2%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	1,8	3,3	80,4%	3,0	10,9%	6,1	8,2	33,8%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,7%	10,9%	5,2pp	7,9%	3,0pp	6,1%	8,3%	2,2pp
CAPEX Total	1,8	4,9	167,9%	3,9	25,4%	6,1	10,7	75,6%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	-0,4	-3,2	-	-2,1	-55,2%	-2,6	-7,6	-188,1%
Dívida Bruta	12,3	6,5	-47,4%	6,6	-2,2%	12,3	6,5	-47,4%
Dívida Líquida	-169,6	-242,4	-42,9%	-234,0	-3,6%	-169,6	-242,4	-42,9%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

FCF Alavancado

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	3T15	3T16	Δ 16/15	2T16	q.o.q.	9M15	9M16	Δ 16/15
EBITDA do portefólio -CAPEX Operacional	-0,4	-3,2	-	-2,1	-55,2%	-2,6	-7,6	-188,1%
Varição de Fundo de Maneio	-1,4	3,4	-	-4,6	-	-2,6	-0,5	80,4%
Itens não Monetários e Outros	-0,1	-0,7	-	-0,1	-	2,7	-0,8	-
Cash Flow Operacional	-1,9	-0,5	72,5%	-6,7	92,2%	-2,5	-8,9	-
Investimentos	0,0	-0,7	-	82,4	-	0,0	81,7	-
Dividendos	8,5	10,3	21,3%	9,8	5,6%	17,4	20,1	15,7%
Resultados Financeiros	-0,9	-0,3	63,4%	0,1	-	0,9	-1,4	-
Impostos	-1,1	-0,1	86,7%	0,4	-	-1,9	0,1	-
FCF ⁽¹⁾	4,6	8,6	85,7%	86,0	-90,0%	13,8	91,6	-

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

4. Informação Financeira

4.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	3.386.189	2.887.050	2.837.779
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	27.410.505	26.249.936	26.048.604
Goodwill	1.f), 1.w) e 7	27.640.515	29.322.991	26.893.310
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	676.168.177	725.359.538	711.234.593
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	-	151.645	144.477
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	90.779	113.054	90.779
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	290.220	292.244	283.400
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	6.502.963	8.254.952	6.098.375
Total de ativos não correntes		741.489.348	792.631.410	773.631.317
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	-	81.173.373	79.796.807
Inventários	1.i)	198.915	341.343	398.911
Clientes	1.g), 1.j), 4 e 22	40.146.214	34.401.079	40.114.875
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4 e 22	8.822.885	10.839.126	7.249.940
Outros ativos correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	14.153.134	13.136.911	10.357.955
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4 e 12	248.865.016	181.800.413	181.120.060
Total de ativos correntes		312.186.164	321.692.245	319.038.548
Total do ativo		1.053.675.512	1.114.323.655	1.092.669.865
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	762.756.175	785.247.885	769.609.304
Resultado líquido consolidado do período		6.002.560	40.291.529	34.610.042
		991.463.410	1.048.244.089	1.026.924.021
Interesses sem controlo		(1.578.736)	(1.494.509)	(1.706.447)
Total do capital próprio		989.884.674	1.046.749.580	1.025.217.574
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	4.411.132	8.969.384	8.565.175
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	532.461	757.339	798.762
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	4.206.300	3.394.301	4.292.553
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	15.967	104.219	-
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 26	1.863.913	1.235.240	1.429.735
Total de passivos não correntes		11.029.773	14.460.483	15.086.225
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	1.072.107	2.067.053	2.169.314
Fornecedores	4 e 22	19.045.603	17.334.118	18.992.038
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	476.211	445.463	520.461
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	4.421.622	8.234.481	4.592.073
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 26	27.745.522	25.032.477	26.092.180
Total de passivos correntes		52.761.065	53.113.592	52.366.066
Total do passivo e capital próprio		1.053.675.512	1.114.323.655	1.092.669.865

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	julho a setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Vendas	1.r) e 22	31.402.037	8.783.881	32.019.249	11.399.729	39.968.292
Prestações de serviços	1.r) e 22	66.705.368	21.737.600	67.656.846	21.177.941	89.545.612
Outros proveitos operacionais	1.q) e 22	921.070	224.405	1.292.441	502.855	2.371.294
		99.028.475	30.745.886	100.968.536	33.080.525	131.885.198
Custo das vendas	1.l)	(25.659.101)	(6.683.893)	(26.403.393)	(9.733.113)	(32.184.381)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 19 e 22	(34.335.267)	(10.273.934)	(33.102.710)	(9.661.860)	(43.939.316)
Custos com o pessoal	1.x) e 26	(37.843.614)	(13.497.000)	(37.269.520)	(12.485.462)	(51.294.337)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(7.988.503)	(3.387.175)	(5.555.185)	(1.927.887)	(10.799.317)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 17	(192.902)	(63.530)	(502.201)	331.263	(503.233)
Outros custos operacionais		(401.366)	(121.828)	(213.409)	(95.119)	(321.960)
		(106.420.753)	(34.027.360)	(103.046.418)	(33.572.178)	(139.042.544)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 20	15.938.932	5.678.646	16.346.079	5.636.552	17.843.497
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 20	(4.554.692)	38.876	25.270.317	2.159.390	23.886.616
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 20 e 22	(3.772.006)	(1.586.417)	(2.352.639)	(1.082.843)	(853.224)
Outros proveitos financeiros	1.v), 20 e 22	3.094.650	1.357.483	2.329.037	696.683	1.722.969
Resultados correntes		3.314.606	2.207.114	39.514.912	6.918.129	35.442.512
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 21	2.343.925	336.073	(527.094)	(378.860)	(2.289.494)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas		5.658.531	2.543.187	38.987.818	6.539.269	33.153.018
Resultado líquido do período de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do período		5.658.531	2.543.187	38.987.818	6.539.269	33.153.018
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	25	6.002.560	2.528.404	40.291.529	6.837.831	34.610.042
Interesses sem controlo		(344.029)	14.783	(1.303.711)	(298.562)	(1.457.024)
Resultados por ação	25					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,02	0,01	0,13	0,02	0,11
Diluídos		0,02	0,01	0,13	0,02	0,11
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,02	0,01	0,13	0,02	0,11
Diluídos		0,02	0,01	0,13	0,02	0,11

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	Julho a setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	Julho a setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Resultado líquido consolidado do período		5.658.531	2.543.187	38.987.818	6.539.269	33.153.018
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:						
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(32.673.046)	(166.336)	3.088.982	(2.424.162)	(12.529.597)
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	9.377.104	(150.594)	(57.368)	(483.258)	(77.370)
Rendimento integral consolidado do período		(17.637.411)	2.226.257	42.019.432	3.631.849	20.546.051
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		(17.293.382)	2.211.474	43.323.143	3.930.411	22.003.075
Interesses sem controlo		(344.029)	14.783	(1.303.711)	(298.562)	(1.457.024)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas				Total de reservas	Interesses sem controle		Total
			Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas		Resultado líquido		
2016										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	7.686.952	(26.811.749)	769.609.304	-	34.610.042	1.026.924.021
Aplicação do resultado consolidado de 2015										
Transferência para outras reservas	-	-	-	1.719.453	-	32.890.589	34.610.042	-	(34.610.042)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(17.734.603)	(17.734.603)	-	-	(17.734.603)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	(432.626)	(432.626)	-	-	(432.626)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	(23.295.942)	(23.295.942)	-	6.002.560	(17.293.382)
Saldo em 30 de setembro de 2016	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	15.163.177	7.686.952	(35.384.331)	762.756.175	-	6.002.560	991.463.410
Interesses sem controle										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1.706.447)	-	(1.706.447)
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	(344.029)	-	(344.029)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(29.740)	-	(29.740)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	474.159	-	474.159
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	27.321	-	27.321
Saldo em 30 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(1.578.736)	-	(1.578.736)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	15.163.177	7.686.952	(35.384.331)	762.756.175	(1.578.736)	6.002.560	989.884.674

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas					Interesses sem controle		Total
			Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas	Resultado líquido		
2015										
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Aplicação do resultado consolidado de 2014										
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	27.958.229	27.958.229	-	(27.958.229)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	-	(13.759.606)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	(417.936)	(417.936)	-	-	(417.936)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	3.031.614	3.031.614	-	40.291.529	43.323.143
Saldo em 30 de setembro de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	7.686.952	(10.882.128)	785.247.885	-	40.291.529	1.048.244.089
Interesses sem controle										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Rendimento integral de interesses sem controle	-	-	-	-	-	-	-	(1.303.711)	-	(1.303.711)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.350)	-	(37.350)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	417.936	-	417.936
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	60.616	-	60.616
Saldo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1.494.509)	-	(1.494.509)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	7.686.952	(10.882.128)	785.247.885	(1.494.509)	40.291.529	1.046.749.580

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	96.465.410	102.793.546
Pagamentos a fornecedores	(61.711.427)	(62.285.717)
Pagamentos ao pessoal	(46.579.467)	(42.278.277)
Fluxo gerado pelas operações	(11.825.484)	(1.770.448)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	4.210.980	(2.307.279)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(770.196)	3.491.359
Fluxos das atividades operacionais (1)	(8.384.700)	(586.368)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	781	4.072
Ativos intangíveis	42.205	-
Dividendos	20.073.952	17.357.220
Juros e proveitos similares	1.345.530	866.619
Alienações de investimentos ao justo valor	82.840.847	-
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(999.474)	-
Ativos fixos tangíveis	(1.555.991)	(1.115.954)
Ativos intangíveis	(1.710.977)	(1.438.649)
Fluxos das atividades de investimento (2)	100.036.873	16.193.304
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(378.667)	(152.373)
Juros e custos similares	(528.760)	(716.539)
Dividendos	(17.764.483)	(13.796.956)
Empréstimos obtidos	(5.305.264)	(625.382)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(23.977.174)	(15.291.250)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	67.674.999	315.686
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	101.387	(310.620)
Caixa e seus equivalentes no final do período	181.087.977	181.795.347
	248.864.363	181.800.413

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
Numerário	12	24.225	26.448
Depósitos à ordem	12	125.741.131	71.534.070
Aplicações de tesouraria	12	123.099.660	110.239.895
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(653)	(297.456)
Caixa e seus equivalentes		248.864.363	181.502.957
Depósitos à ordem (saldos credores)		653	297.456
Disponibilidades constantes do balanço		248.865.016	181.800.413

2. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	1.124.456	2.693.931
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

3. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	Notas	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
a) Pagamentos de aquisições			
Compra da Sysvalue	3.c)	346.128	-
Compra da Inovretail	3.c)	653.346	-
		999.474	-
b) Recebimento de dividendos			
ZOPT	8	18.311.947	15.815.466
NOS SGPS	22	1.762.005	1.541.754
		20.073.952	17.357.220



4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2016				
Multimédia	(2.628.745)	(375.555)	(21.331)	(3.025.631)
Sistemas de Informação	(1.418.503)	(3.483.568)	(6.056.420)	(10.958.491)
Holding	(4.337.452)	103.895.996	(17.899.423)	81.659.121
	(8.384.700)	100.036.873	(23.977.174)	67.674.999

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2015				
Multimédia	(1.475.354)	(614.580)	16.693	(2.073.241)
Sistemas de Informação	4.165.812	(1.758.487)	(1.240.149)	1.167.176
Holding	(3.276.826)	18.566.371	(14.067.794)	1.221.751
	(586.368)	16.193.304	(15.291.250)	315.686

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



4.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

A SONAE.COM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 13).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 11 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia e, tendo em consideração a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2016:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16
Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento – Aplicar a exceção à Consolidação Estas alterações foram endressadas para resolver problemas que surgiram no contexto da aplicação da exceção à consolidação para entidades de investimento.	1-Jan-16

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.



As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	Adiada indefinidamente
IAS 15 - Receita de contratos com clientes A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	1-jan-18
IFRS 16 – Locações A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais a este nível face ao definido na IAS 17.	1-jan-19
Emendas à norma IAS 12 – Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas A emenda à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas vem esclarecer a contabilização para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.	1-jan-17
Emendas à norma IAS 7 – Inicitativa de divulgação A emenda à IAS 7 - Inicitativa de divulgação pretende melhorar a informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras acerca das atividades de financiamento de uma entidade.	1-jan-17
Emendas à norma IFRS 2 – Pagamento com base em Ações O objetivo das Clarificações à IFRS 2 Pagamento com base em Ações foi esclarecer a classificação e mensuração de operações de pagamento com base em ações.	1-jan-18
Emendas à IFRS 4 - Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguro (emitida a 12 de setembro de 2016) As alterações destinam-se a responder às preocupações sobre as diferentes datas de vigência da IFRS 9 e a futura norma sobre contratos de seguro (esperada como IFRS 17 dentro dos próximos seis meses).	1-Jan-18

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2016, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de setembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo
A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Estas participações financeiras foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente
Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa



(geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por **contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'**. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os **'ativos fixos tangíveis'** encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica

'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica **'Amortizações e depreciações'** da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	3 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	1 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais **perdas de imparidade acumuladas**. Os **'ativos intangíveis'** só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.



As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a vinte anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 5 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos). As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se

estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos



para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/liquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 30 de setembro de 2016 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/liquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final



de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária We Do Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2016, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas

divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, desde 1 de janeiro de 2015, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).



Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto. Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos, o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada projecto até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos para completar os projectos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de 2016, a Sonaecom dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 53,2 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o período findo em 30 de setembro de 2016.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2016		2015	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,1614	1,2480	1,3541	1,3766
Real brasileiro	0,2762	0,2541	0,2232	0,2870
Dólar americano	0,8960	0,8961	0,8926	0,8978
Zloti (Polónia)	0,2315	0,2295	0,2356	0,2407
Dólar australiano	0,6823	0,6650	0,6274	0,6849
Pesos mexicanos	0,0460	0,0490	0,0527	0,0578
Libra egípcia	0,1002	0,1003	0,1143	0,1169
Ringgit (Malásia)	0,2167	0,2196	0,2031	0,2384
Franco suíço	0,9195	0,9145	0,9162	0,9423
Rand de África do Sul	0,0644	0,0601	0,0645	0,0732
Peso colombiano	0,0014	0,0013	0,0013	0,0014

Em 30 de setembro de 2016, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 754.000 (USD 172.000 em 30 de setembro de 2015), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 1,5 meses (1 mês em 30 de setembro de 2015).



w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos

montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do período.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.



Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de setembro de 2016, os planos atribuídos durante o ano 2014, 2015 e 2016 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela

IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colômbia e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo



efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços

indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 30 de setembro de 2016 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.



Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações

urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Bright Development Studio, S.A. (h)	Lisboa	Investigação, desenvolvimento e comercialização de projectos e soluções de serviços na área das tecnologias de informação, comunicações e retalho, bem como atividades de consultoria para os negócios e para a gestão.	Sonae IM	100%	100%	-	-
Bright Ventures Capital, SCR, S.A.(j)	Lisboa	Realização de investimento em capital de risco, gestão de fundos de capital de risco e investimento em unidades de participação de fundos de capital de risco	Sonae IM	100%	100%	-	-
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae IM	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A. ('S21 Sec Portugal') (k)	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	100%	100%
Inovretail, Lda. (l)	Oporto	Indústria e comércio de equipamentos eletrónicos e software: desenvolvimentos, instalação, implementação, formação e manutenção de sistemas e produtos de software: aluguer de equipamentos, venda de licenças de uso de software: consultoria, assessoria empresarial e de gestão nos segmentos de retalho, indústria e serviços.	Sonae IM	100%	100%	-	-
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (f)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	77,65%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (c)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	77,65%
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil')	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99,99%	100%	99,99%	77,65%
S21 Sec Ciberseguridad S.A. de CV (d)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion S21 Sec México	50%	100%	50%	77,65%
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (f)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	77,65%
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (a)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	100%	100%	77,65%	77,65%
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.') (e)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	77,65%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs')	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	100%	100,00%	77,65%
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (f)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e segurança digital.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	77,65%
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México')	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,87%	100%	99,87%	77,65%
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV')	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,99%	100%	99,99%	77,65%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae IM	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação electrónica de dados, identificação electrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos electrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colombia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação electrónica de dados, identificação electrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos electrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. (SIEG) (f)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, <i>software</i> , <i>hardware</i> e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de sensibilidade e indicadores de forma prospetiva.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	77,65%
Sysvalue - Consultoria, Integração e Segurança em Sistemas de Informação, S.A. ('Sysvalue') (i)	Lisboa	Desenvolvimento e comercialização de serviços profissionais em consultoria, integração, gestão e operação de sistemas de informação e segurança eletrónica.	S21 Sec Portugal	Fusionada na S21 Sec Portugal		-	-
Sonaecon - Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonaecon CSI')	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaecon - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecon SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. ('Sonae IM') (g)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonaecon - Sistemas de Información Españá, S.L. ('SSI Españá')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaecon BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Sonaecon BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecon	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
We do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> : prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland') (b)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	Liquidada		100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecon



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	100%	90% 5% 5%	100%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	100%	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) No período findo em 30 de junho de 2015 a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu mais 17,65% do capital do Grupo S21SEC Gestion, S.A. Em abril de 2016 a empresa realizou uma operação mediante a qual procedeu à redução do seu capital para cobertura de prejuízos, seguido de um aumento do capital social totalmente subscrito e realizado pela Sonaecom Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A., passando esta, a partir dessa data, a deter 100% do capital social da sua participada.

(b) Empresa liquidada em março de 2016

(c) Empresa liquidada em setembro 2015

(d) Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Face a esta alteração na percentagem do capital detido, a S21 SEC Ciberseguridad SA de CV passou a ser incluída na consolidação pelo método integral.

(e) Empresa liquidada em novembro 2015

(f) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção das empresas Lookwise, S21 Sec FRM, S21 Sec Institute e SIEG na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2015.

(g) Em dezembro 2015 a Sonaecom - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. alterou a sua denominação social para Sonaecom Investment Management - Software and Technology.

(h) Empresa constituída em março 2016

(i) Empresa adquirida em abril 2016. Em agosto de 2016 ocorreu a fusão por incorporação desta empresa na S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A.

(j) Empresa constituída em agosto 2016

(k) Em agosto de 2016 esta empresa alterou a sua denominação social de Itrust- Cyber Security Intelligence, S.A. para S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A..

(l) Empresa adquirida em julho 2016

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2016				
Sonaecom IM*	Bright	Mar-16	100%	100%
Bright	Bright Ventures	Jul-16	100%	100%

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonaecom Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

b) Liquidações

Participante	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2016				
Cape Technologies	We Do Poland	Mar-16	100%	100%

Participante	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2015				
S21 Sec Gestion	S21 Sec Barcelona	Set-15	77,65%	77,65%



c) Aquisições

Participante	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2016				
S21 Sec Portugal*	Sysvalue	Abr-16	100%	100%
Sonae IM**	Inovretail	Jul-16	100%	100%

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Itrust- Cyber Security Intelligence, S.A. para S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A. em 2016.

** Esta empresa alterou a sua denominação social de Sonae Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

A participada Sysvalue foi adquirida pelo grupo em abril de 2016 e tem como principal atividade o desenvolvimento e comercialização de serviços profissionais de consultoria, integração, gestão e operação de sistemas de informação e segurança eletrónica. Em Agosto de 2016 ocorreu a fusão por incorporação da Sysvalue na S21 Sec Portugal (anteriormente denominada de Itrust) mediante a transferência global do património da Sysvalue para a S21 Sec Portugal, com a conseqüente extinção da sociedade incorporada.

A participada Inovretail, Lda. foi adquirida pelo grupo em julho de 2016 e tem como principal atividade o desenvolvimento e investigação de soluções de base tecnológica, consultoria, assessoria empresarial e de gestão nos segmentos de retalho, indústria e serviços.

No seguimento destas aquisições o grupo efetuou o reconhecimento de um Goodwill no montante de 897.818 euros e 1.454.029 euros, respetivamente, (Nota 7), o qual pode ser detalhado como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Sysvalue		Inovretail	
	Valor de Balanço antes de aquisição	Justo valor	Valor de Balanço antes de aquisição	Justo valor
Ativos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis	3.578	3.578	8.916	8.916
Ativos intangíveis	111	111	550.521	550.521
Outros activos financeiros	1.581	1.581	-	-
Investimentos disponíveis para venda	750	750	-	-
Outros activos não correntes	9	9	1.746	1.746
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	3.100	3.100
Clientes	537.053	537.053	201.026	201.026
Outras dívidas de terceiros	27.588	27.588	115.884	115.884
Outros activos correntes	74.594	74.594	3.116	3.116
Caixa e equivalentes de caixa	64.312	64.312	48.654	48.654
	709.576	709.576	932.963	932.963
Passivos adquiridos				
Empréstimos obtidos	100.000	100.000	272.865	272.865
Fornecedores	330.797	330.797	7.139	7.139
Outras dívidas a terceiros	72.166	72.166	80.005	80.005
Outros passivos correntes	203.369	203.369	412.227	412.227
	706.332	706.332	772.236	772.236
Total dos ativos líquidos adquiridos	3.244	3.244	160.727	160.727
Preço de aquisição	941.640	941.640	1.713.771	1.713.771
Atualização financeira		(40.578)		(99.015)
Goodwill		897.818		1.454.029

A alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais. Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição destas duas participadas, não foi ainda possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. O Goodwill estará relacionado com elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado.

Não obstante, a Empresa não estima alterações significativas na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

O preço de aquisição da participada Sysvalue inclui um montante contingente (531.200 euros) a pagar anualmente, durante 3 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita.

Por sua vez, preço de aquisição da participada Inovretail, Lda. inclui o pagamento faseado de 571.771 euros a pagar anualmente até 2020 e ainda um montante contingente a pagar anualmente, durante 5 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em 440.000 euros.



No período findo em 30 de setembro de 2016, os montantes diferidos e contingentes foram ajustados em 40.578 euros (Sysvalue) e 99.015 euros (Inovretail, Lda.) pelo efeito da atualização financeira.

As contribuições da Sysvalue e da Inovretail, Lda. para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no período findo em 30 de setembro de 2016, foi negativo em 18.221 euros e positivo em 340 euros, respetivamente. O detalhe das referidas contribuições é como segue:

	Sysvalue	Inovretail
(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de julho de 2016 (*)	Contribuição a 30 de setembro de 2016
Receitas totais	381.387	207.616
Custos e perdas		
Custo das vendas	(157.559)	-
Fornecimentos e serviços externos	(51.312)	(57.352)
Custos com pessoal	(188.297)	(105.748)
Amortizações e depreciações	(225)	(40.901)
Outros custos operacionais	(676)	(796)
	(16.682)	2.819
Resultados financeiros	(1.458)	(2.479)
Imposto sobre o rendimento	(81)	-
Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses sem controlo	(18.221)	340
Resultado líquido consolidado atribuível a interesses sem controlo	-	-
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	(18.221)	340

(*) Em agosto de 2016 a empresa foi fusionada na S21 Sec Portugal (anteriormente denominada de Itrust), estando o seu contributo a partir desta data inserido nesta empresa.

As respetivas contribuições no balanço consolidado da Sonaecom em 30 de setembro de 2016, excluindo o goodwill gerado em resultado da aquisição dos investimentos nestas empresas, é como segue:

	Sysvalue	Inovretail
(Montantes expressos em euros)	Contribuição a 31 de julho de 2016 (*)	Contribuição a 30 de setembro de 2016
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	3.436	7.415
Ativos intangíveis	28	555.729
Outros activos não correntes	9	2.090
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	3.100
Clientes	320.144	139.650
Outras dívidas de terceiros	27.583	86.005
Caixa e equivalentes de caixa	14.441	28.088
Outros ativos	257.082	6.509
Total do ativo	622.723	828.586
Passivo		
Passivos não correntes	-	-
Passivos correntes	445.158	424.856
Total do passivo	445.158	424.856
Ativos líquidos	177.565	403.730

(*) Em agosto de 2016 a empresa foi fusionada na S21 Sec Portugal (anteriormente denominada de Itrust), estando o seu contributo a partir desta data inserido nesta empresa.

No período findo em 30 de setembro de 2015, a empresa Sonaecom CSI adquiriu mais 17,65% do capital do Grupo S21 Sec Gestion pelo montante de 1 euro.

Em abril de 2016 a empresa S21 Sec Gestion realizou uma operação mediante a qual procedeu à redução do seu capital para cobertura de prejuízos, seguido de um aumento do capital social totalmente subscrito e realizado pela Sonaecom CSI, passando esta, a partir dessa data, a deter 100% do capital social da sua participada.

No período findo em 30 de setembro de 2015 a S21 Sec Gestion adquiriu 50% do capital social da S21 Sec Ciberseguridad S.A. de CV, empresa já detida a 50% pela S21 Sec México, por um montante de 1.480 euros. Assim, a empresa passou a ser detida a 77,65% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efetiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 7).



4. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2016
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	90.779	-	-	90.779	-	90.779
Outros ativos não correntes	290.220	-	-	-	290.220	-	290.220
	<u>290.220</u>	<u>90.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>380.999</u>	<u>-</u>	<u>380.999</u>
Ativos correntes							
Clientes	-	-	40.146.214	-	40.146.214	-	40.146.214
Outras dívidas de terceiros	4.166.483	-	-	-	4.166.483	4.656.402	8.822.885
Outros ativos correntes	-	-	-	12.219.144	12.219.144	1.933.990	14.153.134
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	248.830.016	-	-	-	248.830.016	-	248.830.016
	<u>252.996.499</u>	<u>-</u>	<u>40.146.214</u>	<u>12.219.144</u>	<u>305.361.857</u>	<u>6.590.392</u>	<u>311.952.249</u>

							2015
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	151.645	-	151.645	-	151.645
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	292.244	-	-	-	292.244	-	292.244
	<u>292.244</u>	<u>113.054</u>	<u>151.645</u>	<u>-</u>	<u>556.943</u>	<u>-</u>	<u>556.943</u>
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	81.173.373	-	81.173.373	-	81.173.373
Clientes	34.401.079	-	-	-	34.401.079	-	34.401.079
Outras dívidas de terceiros	1.177.457	-	-	-	1.177.457	9.661.669	10.839.126
Outros ativos correntes	-	-	-	10.755.926	10.755.926	2.380.985	13.136.911
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	181.800.413	-	-	-	181.800.413	-	181.800.413
	<u>217.378.949</u>	<u>-</u>	<u>81.173.373</u>	<u>10.755.926</u>	<u>309.308.248</u>	<u>12.042.654</u>	<u>321.350.902</u>



					2016
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	4.411.132	-	4.411.132	-	4.411.132
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	532.461	532.461	-	532.461
Outros passivos não correntes	-	1.151.052	1.151.052	712.861	1.863.913
	4.411.132	1.683.513	6.094.645	712.861	6.807.506
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.072.107	-	1.072.107	-	1.072.107
Fornecedores	-	19.045.603	19.045.603	-	19.045.603
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	476.211	476.211	-	476.211
Outras dívidas a terceiros	-	721.337	721.337	3.700.285	4.421.622
Outros passivos correntes	-	17.504.150	17.504.150	10.241.372	27.745.522
	1.072.107	37.747.301	38.819.408	13.941.657	52.761.065

					2015
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	8.969.384	-	8.969.384	-	8.969.384
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	757.339	757.339	-	757.339
Outros passivos não correntes	-	39.491	39.491	1.195.749	1.235.240
	8.969.384	796.830	9.766.214	1.195.749	10.961.963
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	2.067.053	-	2.067.053	-	2.067.053
Fornecedores	-	17.334.118	17.334.118	-	17.334.118
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	445.463	445.463	-	445.463
Outras dívidas a terceiros	-	563.678	563.678	7.670.803	8.234.481
Outros passivos correntes	-	17.100.833	17.100.833	7.931.644	25.032.477
	2.067.053	35.444.092	37.511.145	15.602.447	53.113.592

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2016
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2015	3.418.910	9.756.011	72.116	9.002.845	422.547	18.218	22.690.647
Novas empresas (Nota 3. c.)	-	168.392	-	28.664	16.479	-	213.535
Adições	18.363	86.160	-	314.968	7.200	795.635	1.222.326
Alienações	-	(24.940)	-	(5.735)	-	-	(30.675)
Transferências e abates	541.151	54.635	-	237.604	1.275	(788.684)	45.981
Saldo em 30 setembro 2016	3.978.424	10.040.258	72.116	9.578.346	447.501	25.169	24.141.814
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2015	2.174.077	9.507.187	44.306	7.716.040	411.257	-	19.852.867
Novas empresas (Nota 3. c.)	-	164.908	-	20.610	15.522	-	201.040
Depreciações do período	147.951	83.007	9.860	417.979	7.409	-	666.206
Alienações	-	(11.777)	-	(3.796)	-	-	(15.573)
Transferências e abates	40.754	(2.789)	-	13.054	66	-	51.085
Saldo em 30 setembro 2016	2.362.782	9.740.536	54.166	8.163.887	434.254	-	20.755.625
Valor líquido	1.615.642	299.722	17.950	1.414.459	13.247	25.169	3.386.189

							2015
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Adições	500	442	-	678.155	1.735	221.509	902.341
Alienações	-	-	-	(158.850)	-	-	(158.850)
Transferências e abates	(11.567)	21.551	-	917	(215)	(202.846)	(192.160)
Saldo em 30 setembro 2015	3.517.257	10.278.260	72.116	8.896.069	425.790	48.511	23.238.003
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.482.993	389.868	-	19.990.243
Depreciações do período	166.252	77.303	9.860	362.648	22.730	-	638.793
Alienações	-	-	-	(158.104)	-	-	(158.104)
Transferências e abates	(81.340)	(4.332)	-	(34.220)	(87)	-	(119.979)
Saldo em 30 setembro 2015	2.201.210	10.042.896	41.019	7.653.317	412.511	-	20.350.953
Valor líquido	1.316.047	235.364	31.097	1.242.752	13.279	48.511	2.887.050

As depreciações e amortizações do período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 podem ser detalhadas como se segue:

	2016	2015
	Total	Total
Ativos fixos tangíveis	666.206	638.793
Ativos intangíveis (Nota 6)	5.987.639	4.916.392
Goodwill (nota 7)	1.334.658	-
	7.988.503	5.555.185

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de setembro de 2016 e 2015, ascendia a 2.297.017 euros e a 2.434.800 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 1.034.256 euros e 1.173.271 euros, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de setembro de 2016 e 2015, o montante de 25.169 euros e 48.511 euros, respetivamente, referente a Sistemas de Informação e equipamento informático.



Em 30 de setembro de 2016 e 2015, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.

6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2016
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2015	11.630.222	69.480.822	6.755.183	87.866.227
Novas empresas (Nota 3. c))	-	703.613	92.784	796.397
Adições	27.089	1.264.930	5.650.738	6.942.757
Alienações	-	(38.067)	-	(38.067)
Transferências e abates	(135.294)	4.144.790	(4.012.111)	(2.615)
Saldo em 30 setembro 2016	11.522.017	75.556.088	8.486.594	95.564.699
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2015	10.797.665	51.019.958	-	61.817.623
Novas empresas (Nota 3. c))	-	245.765	-	245.765
Amortizações do período	243.320	5.744.319	-	5.987.639
Alienações	-	(1.727)	-	(1.727)
Transferências e abates	(117.075)	221.969	-	104.894
Saldo em 30 setembro 2016	10.923.910	57.230.284	-	68.154.194
Valor líquido	598.107	18.325.804	8.486.594	27.410.505

				2015
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	55.566.461	5.418.866	71.986.029
Adições	13.723	1.460.971	3.727.484	5.202.178
Transferências e abates	427.122	4.110.815	(4.270.086)	267.851
Saldo em 30 setembro 2015	11.441.547	61.138.247	4.876.264	77.456.058
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	36.059.975	-	46.404.093
Amortizações do período	608.668	4.307.724	-	4.916.392
Transferências e abates	352.511	(466.874)	-	(114.363)
Saldo em 30 setembro 2015	11.305.297	39.900.825	-	51.206.122
Valor líquido	136.250	21.237.422	4.876.264	26.249.936

Em 30 de setembro de 2016 as adições do período relativos a ativos intangíveis, incluem cerca de 4,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 3,7 milhões de euros em 30 de setembro de 2015), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID e NetClarus.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.



7. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	26.893.310	28.719.066
Aquisição da Sysvalue (Nota 3.c))	897.818	-
Aquisição da Inovretail (Nota 3.c))	1.454.029	-
Outros movimentos do período	(269.984)	603.925
Perdas por imparidade (Nota 5)	(1.334.658)	-
Saldo final	27.640.515	29.322.991

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui o efeito da atualização cambial de goodwill.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2015 a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui ainda o apuramento do Goodwill resultante da compra de 50% do capital social da S21 Sec Ciberseguridad S.A. de CV no montante de 369.402 euros (Nota 3), o qual pode ser detalhado como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)	Justo Valor
Ativos adquiridos	
Ativos fixos tangíveis	5.852
Contas a receber e outros ativos	187.451
Caixa e equivalentes de caixa	62.419
	255.722
Passivos adquiridos	
Contas a pagar e outros passivos	857.147
	857.147
Total dos ativos líquidos adquiridos	(601.425)
Preço de aquisição	1.480
	(602.905)
Equivalência patrimonial registada à data da compra	233.503
Goodwill	(369.402)

A alocação do preço de compra pode estar ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Desta forma, no período findo em 30 de setembro de 2016, em resultado da reavaliação dos ativos adquiridos, foi registada uma imparidade pelo valor total do goodwill líquida do efeito da atualização cambial do período à data da constituição da imparidade (34.745 euros).



Assim, em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2016		
Goodwill	25.110.515	2.530.000

	Sistemas de Informação	Multimédia
2015		
Goodwill	23.292.991	6.030.000

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para exercícios de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, para além das registadas na demonstração dos resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 - Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 30 de setembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
	30 setembro 2016		30 setembro 2015		30 setembro 2016	30 setembro 2015
	Direto	Total	Direto	Total		
ZOPT (a) Porto	50%	50%	50%	50%	15.823.381	16.472.670
Unipress - Centro Gráfico, Lda ('Unipress') Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	114.155	34.713
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' - usando a marca 'Rádio Nova') Porto	45%	45%	45%	45%	1.622	(11.447)
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (b) Cidade do México	Método consolidação integral		Método consolidação integral		-	(149.700)
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c) Gipuzcoa	50%	50%	50%	39%	(226)	(157)
Total (Nota 20)					15.938.932	16.346.079

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México a 50%. Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Face a esta alteração na percentagem de detenção pela Sonaecom, SGPS, S.A. esta participada passou a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 2).

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 30 de setembro de 2016 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	30 setembro 2016			30 setembro 2015		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	623.385.393	87.849.200	711.234.593	633.758.552	87.849.200	721.607.752
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	15.937.504	-	15.937.504	16.507.819	-	16.507.819
Efeito em reservas	(32.673.046)	-	(32.673.046)	3.088.982	-	3.088.982
Dividendos	(18.330.874)	-	(18.330.874)	(15.845.015)	-	(15.845.015)
	588.318.977	87.849.200	676.168.177	637.510.338	87.849.200	725.359.538
Registado em Provisões para outros riscos e encargos (Nota 17)						
Saldo em 1 de janeiro	(145.784)	-	(145.784)	(168.071)	-	(168.071)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 17)	1.428	-	1.428	17.910	-	17.910
	(144.356)	-	(144.356)	(150.161)	-	(150.161)
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente líquidos de perdas por imparidade	588.174.621	87.849.200	676.023.821	637.360.177	87.849.200	725.209.377

Conforme previsto no acordo parassocial entre a Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atuamente denominada Unitel International Holdings, BV), em 14 de junho de 2016 a Sonaecom procedeu à venda da totalidade da participação direta na NOS (2,14%) para a ZOPT por 82.840.847 euros. Esta operação gerou uma mais-valia de 18.725.887 (Nota 9) tendo sido 50% desta mais valia anulada por contrapartida de Reservas e os restantes 50% registados na rubrica de Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados. Adicionalmente, a operação originou também impacto em equivalência patrimonial registada através de reservas, pela redução ao justo valor dos 2,14% de interesses não controlados.



A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	30 setembro 2016			30 setembro 2015		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	587.761.498	87.527.500	675.288.998	637.038.644	87.527.500	724.566.144
Unipress	557.480	321.700	879.180	471.257	321.700	792.957
SIRS	(144.162)	-	(144.162)	(149.569)	-	(149.569)
Cibersegurança	-	-	-	-	-	-
Big Data	(195)	-	(195)	(155)	-	(155)
Total	588.174.621	87.849.200	676.023.821	637.360.177	87.849.200	725.209.377

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2016	
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido	
ZOPT*	50%	4.448.652	2.105.711	2.342.941	1.124.094	420.296	62.732	
Unipress	50%	2.798	1.695	1.103	2.387	741	228	
SIRS	45%	392	690	(298)	772	60	26	
Big Data	39%	2	4	(2)	-	(0)	(1)	

* Contas consolidadas não auditadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 30 de setembro de 2016 a capitalização bolsista da NOS ascende a 3.120 milhões de euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, a empresa recebeu o montante de 18.311.947 euros e 15.815.500 euros respetivamente, referente a dividendos recebidos da Zopt SGPS.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Telecomunicações
Pressupostos	
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Para os restantes sectores de negócio, a aferição de existência ou não de imparidade para os valores de goodwill, é determinada com base nas considerações apresentadas na Nota 7.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.



As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt a 30 de setembro de 2016 e 2015 podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2016	setembro 2015
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.196.630	1.216.618
Ativos intangíveis	2.366.227	2.390.326
Impostos diferidos ativos	130.776	134.764
Outros ativos não correntes	203.000	333.649
Ativo não corrente	3.896.633	4.075.357
Clientes	379.222	371.223
Caixa e equivalentes de caixa	6.718	24.571
Outros ativos correntes	166.079	113.164
Ativo corrente	552.019	508.958
Total do ativo	4.448.652	4.584.315
Passivo		
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.110.706	1.031.780
Provisões para outros riscos e encargos	191.698	184.372
Outros passivos não correntes	93.568	74.511
Passivos não correntes	1.395.972	1.290.663
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	154.402	139.235
Fornecedores	316.207	365.876
Outros passivos correntes	239.130	227.908
Passivos correntes	709.739	733.019
Total do passivo	2.105.711	2.023.682
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.188.832	1.285.959
Interesses sem controlo	1.154.109	1.274.674
Total do capital próprio	2.342.941	2.560.633
Total do capital próprio e do passivo	4.448.652	4.584.315

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza:

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2016	setembro 2015
Receitas totais	1.124.094	1.067.897
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(473.987)	(455.254)
Depreciações e amortizações	(308.327)	(283.473)
Outros custos operacionais	(229.811)	(211.357)
	(1.012.125)	(950.084)
Resultados financeiros	(31.699)	(27.022)
Imposto sobre o rendimento	(17.538)	(24.901)
Resultado líquido consolidado do exercício	62.732	65.890
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	31.647	32.945
Atribuível a acionistas da empresa mãe	31.085	32.945

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da Zopt e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt.



As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam uma exposição significativa ao mercado africano, nomeadamente através de investimentos financeiros que aquele Grupo detém em associadas que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor contabilístico dessas associadas nas demonstrações financeiras da ZOPT em 30 de setembro de 2016 ascende a, aproximadamente, 170,9 milhões de Euros, incluídos na rubrica “Outros ativos não correntes” acima referidos. As atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados, nomeadamente no mercado cambial e limitação de transferência de divisas, nomeadamente em Angola, introduz um grau adicional de variabilidade aos pressupostos e poderá impactar significativamente as estimativas consideradas. O Grupo efetuou testes de imparidade para aqueles ativos, os quais se encontram expressos nas moedas daqueles países, Kwanzas e Meticais, respetivamente, considerando os planos de negócios aprovados para um período de cinco de anos, os quais contemplam taxas de crescimento médias de receitas para aquele período de 9,7% (Angola) e 5,7% (Moçambique), taxa de crescimento na perpetuidade de 8% e taxa de desconto (“wacc”) de 16% em ambos os países.

a) Provisões do Grupo Zopt

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionado nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

1. Processos com entidades reguladoras

Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração. Em 2015 o grupo NOS foi notificado da decisão de arquivamento do processo por parte do Conselho da Autoridade da Concorrência, tendo sido revertida, nesse sentido, a provisão inicialmente registada no grupo ZOPT.

2. Ações da MEO contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

- A MEO (PT) tentou contra a NOS Madeira, um processo no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Audio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A NOS Madeira contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços reclamados, aos serviços e à legitimidade da MEO quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013 pelo Tribunal de 1ª instância, que, embora parcialmente procedente, aderiu largamente aos fundamentos invocados pela NOS Madeira. Dessa decisão recorreu a MEO para a Relação de Lisboa, a qual veio, em junho de 2015, a proferir acórdão de absolvição total da NOS Madeira do pedido relativo a MID e de confirmação da decisão da primeira instância quanto aos demais pedidos. Este acórdão ainda foi objeto de recurso da MEO para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual decidiu não conhecer parte do objeto do recurso interposto pela MEO e, quanto à parte restante do recurso (restrito ao serviço MID), julgou-o parcialmente procedente, condenando a NOS Madeira a pagar à MEO o valor de 160 milhares de euros, acrescido de juros de mora. O acórdão do Supremo Tribunal de Justiça transitou em julgado, tendo a NOS Madeira dado cumprimento ao mesmo. Aguarda-se apenas a apresentação pelo Tribunal da conta de custas;
- Em 2011, a MEO (PT) tentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, tendo-se iniciado prova pericial, que o Tribunal veio, entretanto, a julgar sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no final de abril e início de maio, tendo sido proferida sentença em setembro último, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento, não na existência de portabilidades indevidas, mas de mero atraso no envio da documentação. Condenou a NOS ao pagamento de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual a NOS irá recorrer.
- A MEO (PT) efetuou três notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013, julho de 2015 e março de 2016), três à NOS Açores (março e junho de 2013 e maio de 2016) e três à NOS Madeira (março e junho de 2013 e maio de 2016), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela MEO e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos de portabilidade. A MEO não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, o valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, o valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA tentou contra a MEO (PT), no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de



2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso, já tendo sido notificado às partes o relatório pericial e apresentadas pelas partes as respetivas reclamações/pedidos de esclarecimento aos Senhores Peritos. Paralelamente, foram já indicados pelas partes os peritos que se ocuparão da perícia económico-financeira.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto da MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação. Na eventualidade, contudo, da ação ser julgada totalmente improcedente, as custas processuais, da responsabilidade da NOS podem ascender a mais de 1.000 milhares de euros.

3. Ação contra a NOS SGPS

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SGPS por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, que pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. O Tribunal de 1.ª instância proferiu despacho saneador absolvendo a NOS SGPS da instância, com fundamento em ilegitimidade passiva, do que a autora recorreu. O Tribunal da Relação de Lisboa admitiu o recurso, mas a autora reclamou do mesmo por sustentar que o seu recurso devia ser apreciado, não pelo Tribunal da Relação, mas pelo STJ. O STJ, chamado a pronunciar-se sobre o tema no início de março de 2016, considerou procedente a exceção de ilegitimidade passiva da NOS SGPS e absolveu-a da instância. Sobre a questão de fundo, é convicção do Conselho de Administração da NOS que os argumentos utilizados pela autora não eram procedentes, razão por que sempre acreditou que do desfecho do processo não deveriam resultar impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que transitou em julgado, tendo a NOS SA procedido ao respetivo pagamento em abril de 2015 e reversão da provisão em 500 mil euros.

5. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da ANACOM em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da ANACOM de abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (com fundamento em violação do direito de defesa da NOS SA). Já em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base os mesmos factos, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente deduzida contra a NOS SA, e, em setembro do mesmo ano, aplicou uma nova coima à NOS SA, novamente no montante de cerca de 6,5 milhões de euros. Esta decisão foi, por sua vez, impugnada judicialmente pela NOS SA, tendo em maio de 2015 sido proferida sentença absolutória pelo Tribunal de 1ª Instância, que revogou integralmente a decisão condenatória da ANACOM e, bem assim, a coima aplicada. A ANACOM interpôs, na sequência disso, recurso da sentença, encontrando-se presentemente o processo e desde junho de 2015 em fase de recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

6. Prestações acessórias

Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no nº 1 do artigo 58º do Código do IRC (atual artigo 63.º), ao ter efetuado prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. No que respeita ao período de 2004, o Tribunal pronunciou-se a favor da NOS. Relativamente ao exercício de 2006 e 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido das decisões, aguardando-se a decisão final dos processos.



7. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária referente ao período de 2008, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Neste sentido, atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Na base desta correção está o entendimento de que o acréscimo efetuado, em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, logo, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e relativamente a 2013, a mesma encontra-se ainda a ser contestada em via administrativa. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

8. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada administrativamente pelo governo, isto é, escolhida sem recurso a procedimento concursal, o que configura uma ilegalidade (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da MEO). De acordo com o Artigo 18º da referida Lei nº 35/2012, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está assim abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, de acordo com a lei o fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão impugnada pela Empresa. Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação no montante de 18,6 milhões de euros as quais foram devidamente impugnadas pela NOS e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2014 a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação à Empresa no montante de 13 milhões de euros as quais também foram já impugnadas pela NOS e em relação às quais foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2012, num montante total de cerca de 26 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa.

Ainda em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2013, no mesmo montante de 20 milhões de euros, decisão entretanto já impugnada pela Empresa.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o CSLU incorrido pelo prestador designado (e não selecionado por via concorrencial) violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS



continuará a impugnar judicialmente as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas, sendo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar.

Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

9. Processos com entidades reguladoras

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros, 7.270 milhares de euros, 7.426 milhares de euros e 7.253 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros, 104 milhares de euros, 107 milhares de euros e 98 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros, 149 milhares de euros, 165 milhares de euros e 161 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pelo ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente à Taxa Anual de 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, a ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual a ANACOM apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

10. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2016, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2014. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede de IRC, do IVA e do Imposto de selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 24 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros. Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

11. Ações contra a SPORT TV

- A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso impugnou-a judicialmente, tendo nesse âmbito o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, alterado a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação que foi julgado improcedente, tendo a Sport TV recorrido desta decisão para o Tribunal Constitucional e, numa matéria específica, para o Supremo Tribunal de Justiça, recursos que foram julgados improcedentes.

- Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de março de 2011, especificamente pelo



excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença. O Grupo NOS contestou a ação, aguardando marcação de audiência prévia.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que, designadamente por motivos de índole formais, não é provável que o Grupo seja diretamente responsabilizado neste processo.

- A Cabovisão intentou uma ação contra a Sport Tv, na qual pede a esta última uma indemnização por alegados prejuízos decorrentes de abuso de posição dominante, no montante de 18 milhões de euros, mais capital e juros que se vierem a vencer a partir de 31 de dezembro de 2014 e lucros cessantes. O Conselho de Administração da Sport Tv e os advogados que acompanham o processo preveem um desfecho favorável do mesmo, não se estimando impactos nas contas, para além dos que já se encontram registados.

12. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 30 de setembro de 2016, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores destas indemnizações faturadas ascendia a um total de 104.982 milhares de euros. Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 3.160 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2014.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida a quando da faturação.

13. Tarifas de Interligação

Em 30 de setembro de 2016, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

c) Outros Compromissos do Grupo Zopt

Em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. relativo aos direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica Tv. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Também em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. para a cessão dos seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos direitos mencionados em 4)



com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou contratos de cessão de créditos de direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 9 épocas.

Durante o ano de 2016, foram ainda celebrados contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) C. D. Tondela – Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Clube Futebol União da Madeira, Futebol, SAD
- 3) Grupo Desportivo de Chaves – Futebol, SAD
- 4) Sporting Clube da Covilhã – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Clube Desportivo Feirense – Futebol, SAD
- 6) Sport Clube de Freamunde – Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube Olhanense – Futebol, SAD
- 8) Futebol Clube de Penafiel, SDUQ, Lda
- 9) Portimonense Futebol, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 3 épocas desportivas.

Os cash-flows estimados resumem-se:

Épocas	2016/17	seguintes
Cash-flows estimados com os contratos *	41	1.138

*Inclui direitos de transmissão de jogos e canais, publicidade e outros.

Em maio de 2016, a NOS e a Vodafone acordaram na disponibilização recíproca, por várias épocas desportivas, de conteúdos desportivos (nacionais e internacionais) detidos pelas empresas, tendo como objetivo assegurar a ambas as empresas a disponibilização dos direitos de transmissão dos jogos em casa dos clubes, bem como dos direitos de transmissão e distribuição de canais de desporto e de canais de clubes, cujos direitos sejam detidos por cada uma das partes em cada momento. O acordo produziu os seus efeitos logo a partir da época desportiva 16/17, garantindo que os clientes da NOS e da Vodafone podem ter acesso ao canal do Benfica e aos jogos do Benfica em casa, independentemente do canal onde estes jogos sejam transmitidos.

Tendo em conta a possibilidade que o acordo celebrado previa de se alargar aos outros operadores, em julho de 2016 a MEO e a Cabovisão aderiram ao mesmo, pondo designadamente fim à falta de disponibilização na grelha da NOS do Porto Canal e garantindo que todos os clientes de televisão paga em Portugal podem ter acesso a todos os conteúdos desportivos relevantes, independentemente do operador de telecomunicações que utilizem.

Já em agosto de 2016, foi alcançado um acordo que tem como objetivo que a estrutura acionista da Sport TV passe a ser detida em partes iguais pela NOS, MEO, Vodafone e a Olivedesportos.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo ZOPT estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon SGPS o grupo Sonaecom passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias. Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram como segue:

					2016
				Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)		Saldo final
NOS	79.796.807	(64.114.961)	(15.681.846)	-	-
Sonae SGPS	144.477	(146.683)	2.206	-	-
	79.941.284	(64.261.644)	(15.679.640)	-	-

* Planos de incentivo de médio prazo

					2015
				Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)		Saldo final
NOS	57.661.618	-	23.511.755	-	81.173.373
Sonae SGPS	2.303.954	(2.736.246)	216.840	367.097	151.645
	59.965.572	(2.736.246)	23.728.595	367.097	81.325.018
Registado em ativos não correntes (Nota 4)					151.645
Registado em ativos correntes (Nota 4)					81.173.373

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2016 e de 2015 do investimento em ações Sonae SGPS correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, respetivamente.

A 30 de setembro de 2016, as diminuições do investimento em ações NOS correspondem à venda da participação direta da Sonaecom na NOS (2,14%) para a ZOPT tal como descrito na nota 8 'Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente'. Para a determinação do justo valor das ações NOS na data da venda, foi utilizada a cotação de fecho do dia 14 de Junho de 2016 (5,822) para as 11.012.532 ações em carteira no momento da venda.



A determinação do justo valor do investimento a 30 de setembro de 2015 detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.859
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	7,371	1,100
Justo valor	81.173.373	151.645

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2016	2015
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.347
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros		10.710	10.707
Perdas por imparidade		(122.275)	(100.000)
		90.779	113.054

Em 30 de setembro de 2016, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	11.361	3.017	403	14.832	495	(6)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	253	4	-	46	(2)	(3)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31 de dezembro de 2015.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de setembro de 2016 e 2015, no montante de 6.502.963 euros e 8.254.952 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi como segue:

					2016
	Saldo em 31 dezembro 2015	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 30 setembro 2016
Prejuízos fiscais	3.502.971	1.546.694	-	136.341	5.186.006
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.478.049	(371.650)	-	189.008	1.295.407
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.083.280	-	(1.802.709)	774.422	54.993
Efeito em resultados (Nota 21)	6.064.300	1.175.044	(1.802.709)	1.099.771	6.536.406
Outros	34.075	(67.518)	-	-	(33.443)
Saldo final	6.098.375	1.107.526	(1.802.709)	1.099.771	6.502.963

					2015
	Saldo em 31 dezembro 2014	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 30 setembro 2015
Prejuízos fiscais	2.397.494	753.677	(19.515)	-	3.131.656
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.726.512	(57.266)	-	(131.135)	1.538.111
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.178.811	52.723	-	991.595	2.223.129
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.745.300	(189.250)	-	-	1.556.050
Efeito em resultados (Nota 21)	7.048.117	559.884	(19.515)	860.460	8.448.946
Unidades descontinuadas	(169.548)	-	-	-	(169.548)
Outros	(41.339)	16.893	-	-	(24.446)
Saldo final	6.837.230	576.777	(19.515)	860.460	8.254.952

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2015 e 2016 foi de 22,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de setembro de 2016, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS											2016		
		Digitmarket	We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanã	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion	S21 Sec Labs	S21 Sec SA CV	Total	Total Grupo Sonaecom		
Prejuízos fiscais reportáveis:														
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	26.499	-	-	-	-	26.499	26.499	26.499	
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	26.517	-	-	-	211.296	237.813	237.813	237.813	
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	183.770	-	-	-	71.243	255.013	255.013	255.013	
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	71.127	-	-	-	52.119	123.246	123.246	123.246	
A serem utilizados até 2026	-	-	-	-	-	204.059	-	-	-	-	204.059	204.059	204.059	
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	-	45.833	-	45.833	45.833	45.833	
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	-	612.877	12.017	-	624.894	624.894	624.894	
A serem utilizados até 2029	-	-	-	-	-	-	-	253.352	-	-	253.352	253.352	253.352	
A serem utilizados até 2030	-	-	-	163.112	-	-	-	-	-	-	163.112	163.112	163.112	
A serem utilizados até 2033	-	-	-	123.413	-	-	-	-	-	-	123.413	123.413	123.413	
A serem utilizados até 2034	-	-	-	736.686	-	-	-	-	-	-	736.686	736.686	736.686	
A serem utilizados até 2035	-	-	-	872.914	-	-	-	-	-	-	872.914	872.914	872.914	
A serem utilizados até 2036	-	-	-	1.342.634	-	-	-	-	-	-	1.342.634	1.342.634	1.342.634	
Sem limite de utilização	-	-	-	-	176.538	-	-	-	-	-	176.538	176.538	176.538	
Prejuízos fiscais	-	-	-	3.238.759	176.538	511.972	-	866.229	57.850	334.658	5.186.006	5.186.006	5.186.006	
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	701.593	870	295.672	150.433	-	133.959	12.880	-	-	-	593.814	1.295.407	1.295.407	
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	-	33.976	-	21.017	-	-	-	-	-	-	54.993	54.993	54.993	
Outros	-	-	(24.136)	62.467	-	(71.406)	(368)	-	-	-	(33.443)	(33.443)	(33.443)	
Total	701.593	34.846	271.536	3.472.676	176.538	574.525	12.512	866.229	57.850	334.658	5.801.370	6.502.963	6.502.963	

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. As afiliadas Digitmarket e Saphety não integram o RETGS da Sonae, SGPS. A Saphety não se encontra abrangida por esse regime uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS em mais de 75% ainda não havia completado mais de um ano na data de início da aplicação do regime. A Digitmarket não integrou este grupo especial de tributação, uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS na empresa é inferior a 75%.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2016	2015
Prejuízos fiscais	10.484.379	9.757.053
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	33.656.429	30.864.855
Outros	12.768.458	12.904.085
	56.909.266	53.525.993



Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2016	2015
2015	-	1.109.565
2016	269.298	269.298
2017	122.577	151.129
2018	248.339	292.701
2019	358.180	371.427
2020	141.192	158.146
2021	89.158	92.162
2022	69.154	321.193
2023	2.631.005	87.958
2024	80.939	65.708
2025	333.958	312.211
2026	924.334	520.678
2027	275.739	261.739
2028	53.253	183.642
2029	878.680	1.664.913
2030	74.473	958.240
2031	1.275.077	87.290
2032	-	56.795
2033	-	26.156
Sem limite de utilização	2.659.023	2.766.102
	10.484.379	9.757.053

Os anos de 2029 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de setembro de 2016 no montante de 15.967 euros (104.219 em 2015) resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	-	-
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	(15.967)	(104.219)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	(15.967)	(104.219)
Outros	-	-
Saldo final	(15.967)	(104.219)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	1.651.604	39.514.912
Imposto (taxa 21%)	(346.837)	(8.298.132)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	1.411.905	6.626.898
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	1.099.771	860.460
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	50.587	287.043
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	144.466	(3.363)
Registo de passivos por impostos diferidos	(15.967)	-
Impostos registados no período (Nota 21)	2.343.925	(527.094)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% em 2015 e 2016 por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.



A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	24.225	26.448
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	125.741.131	71.534.070
Aplicações de tesouraria	123.099.660	110.239.895
Caixa e equivalentes de caixa	248.865.016	181.800.413
Descobertos bancários (Nota 15)	(653)	(297.456)
	248.864.363	181.502.957

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2016, venceram juros a uma taxa média de 0,76% (0,21% em 2015) estando distribuídas, aquela data, por 7 instituições financeiras.

13. Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros.

Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2016		2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

15. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2016	2015
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	-	1.229.223
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	-	600.919
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	-	573.839
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	-	547.000
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	-	309.000
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	-	296.000
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	-	192.000
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	1.637.899	2.050.058
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	2.351.756	1.642.789
Lookwise*	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	-	1.130.322
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	412.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão	-	-	-	-	(88.106)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	9.155	35.018
					4.411.132	8.969.384

(*) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção da empresa Lookwise na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroactivos a 1 de janeiro de 2015.

Entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro de 2016, a S21 Sec Gestion procedeu ao reembolso antecipado da totalidade dos empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 3,75 milhões de euros cujo vencimento ocorreria em Julho de 2021.

A taxa de juro média destes empréstimos em 30 de setembro de 2015 foi de 3%.

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2016	2015
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-16	-	-	199.912
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	-	150.000
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	-	149.460
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-16	-	-	99.600
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	jul-16	-	-	310.765
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	jul-16	-	-	324.153
InovRetail	Factoring	150.000	out-16	-	25.544	-
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	nov-16	-	380.271	157.335
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	out-16	-	612.878	190.431
Lookwise*	Subsídios reembolsáveis	-	out-16	-	-	187.941
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	653	297.456
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	52.761	-
					1.072.107	2.067.053

(*) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção da empresa Lookwise na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroactivos a 1 de janeiro de 2015.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros.

Entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro de 2016, a S21 Sec Gestion procedeu ao reembolso e cancelamento das suas contas correntes caucionadas, cujo limites máximos disponíveis ascendiam a 1,3 milhões de euros. Na data de reembolso os montantes utilizados ascendiam a 1,1 milhões de euros.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.



Subsídios reembolsáveis

Em 30 de setembro de 2016 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2016
2016	475.996
2017	1.192.562
2018	1.175.912
2019	774.586
2020 e seguintes	1.363.748
	4.982.804

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Em 30 de setembro de 2015, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2015						
Outros empréstimos S21 Sec Gestion:						
Amortização	-	169.469	874.779	865.083	860.937	977.713
Juros	118.661	131.053	167.539	123.941	80.754	37.719
	118.661	300.522	1.042.318	989.024	941.691	1.015.432

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 30 de setembro de 2016 e 2015, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2016						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
InovRetail	Factoring	150.000	25.544	124.456	x	
Outras	Diversos	-	653	-	x	
		1.150.000	26.197	1.124.456		
2015						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	149.460	37.713	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	99.600	400	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	310.765	189.235	x	
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
S21 Sec Gestion	Factoring	500.000	-	500.000		x
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	324.153	810.847	x	
Outras	Diversos	-	297.456	-	x	
		7.638.629	5.279.327	2.693.931		

Em 30 de setembro de 2016 e 2015 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 532.461 euros e 757.339 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de setembro de 2016 e 2015 era o seguinte:

	2016		2015	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2015	-	-	160.294	144.252
2016	138.362	126.369	441.798	405.434
2017	507.697	478.852	418.081	399.276
2018	289.198	278.845	151.682	145.809
2019 e seguintes	126.766	124.606	109.946	108.031
	1.062.023	1.008.672	1.281.801	1.202.802
Juros	(53.351)	-	(78.999)	-
	1.008.672	1.008.672	1.202.802	1.202.802
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(476.211)	-	(445.463)
	1.008.672	532.461	1.202.802	757.339

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Entrada de empresas no perímetro (Nota 3.c)	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Saldo final
2016						
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	2.719.864	40.456	2.614	(29.021)	(16.899)	2.717.014
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	35.000	-	-	-	-	35.000
Provisões para outros riscos e encargos	4.292.553	-	1.870.311	(295.405)	(1.661.159)	4.206.300
	7.047.417	40.456	1.872.925	(324.426)	(1.678.058)	6.958.314
2015						
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.814.053	-	223.869	(126.785)	(45.286)	3.865.851
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	2.579.321	-	997.056	(80.862)	(101.214)	3.394.301
	6.418.374	-	1.220.925	(207.647)	(146.500)	7.285.152

Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 30 de setembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como se segue:

	2016		2015	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	2.614	(29.021)	223.869	(126.785)
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	2.614	(29.021)	223.869	(126.785)
Provisões para outros riscos e encargos				
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21)	1.604.737	(75.475)	608.948	(51.505)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)	1.315	-	1.270	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	10.851	(12.279)	11.447	(29.357)
Registado em reservas relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	97.059	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Custos com o pessoal', relativo a provisões para indemnizações por despedimento	63.120	(205.851)	-	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade'	190.288	(1.800)	278.332	-
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	1.870.311	(295.405)	997.056	(80.862)
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	192.902	(30.821)	502.201	(126.785)

A 30 de setembro de 2016 e 2015, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2016	2015
Contingências diversas	3.144.575	2.344.855
Processos judiciais em curso	131.073	100.328
Desmantelamentos	51.505	49.767
Outras responsabilidades	879.147	899.351
	4.206.300	3.394.301



A 30 de setembro de 2016 e 2015, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – ‘Provisões, Passivos e Ativos Contingentes’.

A rubrica de ‘Contingências diversas’ diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

Na rubrica de “Outras responsabilidades” estão incluídas provisões para reestruturação no valor de 315.775 euros associado a indemnizações por despedimentos a ocorrer durante 2016.

18. Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2016, a rubrica ‘Outros passivos financeiros’ inclui o montante de 476.211 euros (445.463 euros em 2015) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica ‘Fornecimentos e serviços externos’ apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Subcontratos	15.607.096	14.914.587
Trabalhos especializados	4.815.537	4.338.423
Rendas e alugueres	3.864.431	3.881.530
Deslocações e estadas	3.530.441	3.712.156
Publicidade e propaganda	2.699.557	2.157.760
Honorários	908.850	954.855
Comunicação	899.461	934.825
Combustível	303.179	286.850
Eletricidade	300.366	268.975
Conservação e reparação	190.163	215.841
Comissões	169.741	398.741
Outros	1.046.445	1.038.167
	34.335.267	33.102.710

Os compromissos assumidos em 30 de setembro de 2016 e 2015 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2016	2015
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2015	-	1.125.139
2016	1.208.430	2.884.805
2017	3.072.297	2.461.327
2018	2.115.650	1.692.550
2019 e seguintes	1.124.324	462.299
Renováveis por 1 ano	864.877	1.273.205
	8.385.578	9.899.325

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 foram reconhecidos 3.649.167 euros (3.500.179 euros em 30 de setembro de 2015) na rubrica de ‘Fornecimentos e serviços externos’ relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica ‘Rendas e alugueres’.



20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	15.938.932	16.346.079
	15.938.932	16.346.079
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos e perdas relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	(15.679.640)	23.728.595
Ganhos na alienação de investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 8)	9.362.943	-
Dividendos obtidos	1.762.005	1.541.721
	(4.554.692)	25.270.317
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(285.933)	(433.568)
Empréstimos bancários	(34.535)	(273.341)
Juros de leasing	(39.688)	(30.984)
Outros juros	(211.710)	(129.243)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.179.619)	(1.691.300)
Outros custos financeiros	(306.454)	(227.771)
	(3.772.006)	(2.352.639)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.035.886	730.601
Diferenças de câmbio favoráveis	1.975.058	1.229.253
Outros proveitos financeiros	83.706	369.183
	3.094.650	2.329.037

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria.

No período findo a 30 de setembro de 2016 a rubrica 'Ganhos na alienação de investimentos registados ao justo valor através de resultados' inclui a mais-valia gerada com a venda das ações da NOS (9.362.943 euros) tal como descrito na nota 8 'Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Imposto corrente	(1.443.776)	(1.266.261)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	1.529.262	(557.443)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	2.274.406	1.400.829
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(15.967)	(104.219)
	2.343.925	(527.094)



22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, foram os seguintes:

	Saldos em 30 de setembro de 2016		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(69)	304.849	40.225
Outras partes relacionadas			
ZOPT SGPS	13.869	-	-
NOS SGPS	-	-	452.604
NOS Comunicações	1.083.259	93.802	548.550
NOS Technology	2.972.728	(120)	(3.654.009)
NOS Sistemas	103.747	184.657	(9.837)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	630.835	188.161	9.315
Raso Viagens e Turismo	1.997	193.579	(3.732)
SC-Sociedade de Consultadoria	114.410	-	(135.754)
Sierra Portugal	14.827	-	130.563
Sonae Indústria PCDM	37.509	-	10.725
Sonaecenter II	1.098.898	247.800	(1.465.009)
Worten	40.114	-	-
Unipress	46.200	613.416	(10.391)
	6.158.324	1.826.144	(4.086.750)

	Saldos em 30 de setembro de 2015		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(941)	33.743	(47.190)
Outras partes relacionadas			
ZOPT	13.869	-	-
NOS Comunicações	420.485	200.074	866.451
NOS Technology	2.279.253	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	481.480	446.813	1.755
Raso Viagens	3.762	233.552	9.709
SC-Sociedade de Consultadoria	114.636	-	(95.395)
Sierra Portugal	122.554	1.968	149.884
Sonae Indústria PCDM	172.657	-	-
Sonaecenter II	653.344	204.930	(1.286.267)
Worten	39.088	-	-
	4.300.187	1.121.080	(401.053)



	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2016			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	2.869	-	963.950	(26)
Outras partes relacionadas				
ZOPT SGPS	-	-	6.842	-
NOS Comunicações	1.338.385	503.863	-	-
NOS Technology	8.516.742	-	-	-
NOS Sistemas	181.768	442.179	-	(28.390)
MDS	179.452	16.090	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	577.137	92.192	-	-
Raso Viagens e Turismo	10.676	1.094.575	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	491.964	-	-	6.204
Sierra Portugal	1.346.586	14.052	-	-
Sonae Indústria PCDM	350.777	-	-	-
Sonaecenter II	8.686.753	378.640	-	-
Unipress	-	383.264	-	142.500
Worten	109.461	-	-	-
	<u>21.792.570</u>	<u>2.924.855</u>	<u>970.792</u>	<u>120.288</u>

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2015			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	4	-	494.566	100
Outras partes relacionadas				
NOS Technology	6.728.947	15.339	-	-
MDS	168.082	37.092	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	518.745	(244.116)	-	124.668
Raso Viagens	116.181	1.235.908	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	635.307	-	-	-
Sierra Portugal	1.381.577	10.043	-	-
Sonae Indústria PCDM	382.805	-	-	-
Sonaecenter II	11.980.116	228.358	-	-
Unipress	-	379.558	-	-
Worten	166.886	3.366	-	-
	<u>22.078.650</u>	<u>1.665.548</u>	<u>494.566</u>	<u>124.768</u>

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 4.699.332 euros, à sua empresa-mãe (3.646.033 euros em 30 de setembro de 2015).

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2016 e 2015, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2016	2015
Saphety, S21 Sec Gestion; WeDo e WeDo Egypt	Administrador de Infraestructuras Ferroviarias; Arrow Ecs Internet Security, S.L.; Asiacell Communications; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; CTT Correios de Portugal, S.A.; Digi Teccomunications; Emirates Telecom. Corp.; Empresa de Telecomunicaciones Nuevatel; Etihad Etisalat Company; ETISALAT UAE; Instituto Nacional de Ciberseguridad de España, SA; Mobitel (Private) Limited; Oficina de Control Económico del Departamento de Hacienda y Finanzas; Packet One Networks; Red Nacional de Ferrocarriles Españoles; Renfe Operadora; REPSOL; Tunisie Telecom; U Mobile e Viva Bahrain	Boa execução de trabalhos a realizar	1.123.290	1.089.549
Inovretail, S21 Sec Gestion e S21 Sec Labs	Agencia para o Desenvolvimento e Coesao, I.P.; Centro para Desarrollo Tecnológico Industrial; CDTI; Direccion General del Ministerio; Ingenieria de Sistemas para la Defensa de España; Ministerio de Indústria e ICT	Incentivos	795.409	1.022.049
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS e IVA	240.622	240.622
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	-	1.435.379
S21 Sec Gestion	Several	Concursos	-	221.613
We Do e Saphety	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - QREN	-	42.501
Outros	Outros		671.802	845.183
			2.831.123	4.896.896

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom, até ao montante de 28.727.104 euros e a Sonaecom constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 564.900 euros.

Em 30 de setembro de 2016, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 8), nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.



As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de setembro de 2016 e 2015, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	set-16	set-15	set-16	set-15	set-16	set-15	set-16	set-15	set-16	set-15	set-16	set-15
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	10.664.635	11.279.293	87.923.861	88.618.839	211.684	257.645	98.800.180	100.155.777	(692.775)	(479.682)	98.107.405	99.676.095
Redução de provisões	-	-	29.935	126.785	1.800	-	31.735	126.785	-	-	31.735	126.785
Outros proveitos operacionais	208.584	289.000	558.544	772.994	119.951	176.022	887.079	1.238.016	2.256	(72.360)	889.335	1.165.656
Total de proveitos	10.873.219	11.568.293	88.512.340	89.518.618	333.435	433.667	99.718.994	101.520.578	(690.519)	(552.042)	99.028.475	100.968.536
Amortizações e depreciações	(516.265)	(418.530)	(6.318.698)	(5.023.215)	(10.286)	(11.218)	(6.845.249)	(5.452.963)	(1.143.254)	(102.222)	(7.988.503)	(5.555.185)
Provisões e perdas de imparidade	(63.531)	(84.683)	(80.862)	(371.028)	(48.509)	(46.490)	(192.902)	(502.201)	-	-	(192.902)	(502.201)
Resultado operacional do segmento	(2.375.640)	(2.302.507)	(3.187.527)	(3.132.872)	(986.553)	(1.153.881)	(6.549.720)	(2.143.516)	(842.558)	65.634	(7.392.278)	(2.077.882)
Juros obtidos	417	59	36.519	83.014	1.674.783	1.614.842	1.711.719	1.697.915	(675.843)	(967.314)	1.035.876	730.601
Juros suportados	(195.874)	(325.968)	(729.902)	(968.662)	6.835	(62.932)	(918.941)	(1.357.562)	633.008	923.994	(285.933)	(433.568)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	(4.554.692)	25.270.317	(4.554.692)	25.270.317	-	-	(4.554.692)	25.270.317
Ganhos e perdas em associadas	115.776	23.266	(226)	(149.857)	15.823.382	16.472.670	15.938.932	16.346.079	-	-	15.938.932	16.346.079
Outros resultados financeiros	(2.420)	(4.187)	(1.437.230)	(598.276)	(4.431.903)	(2.447.495)	(5.871.553)	(3.049.958)	4.444.254	2.729.323	(1.427.299)	(320.635)
Impostos sobre o rendimento	744.072	505.202	903.892	(1.009.057)	714.002	(11.583)	2.361.966	(515.438)	(18.041)	(11.656)	2.343.925	(527.094)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	(1.713.669)	(2.104.135)	(4.414.474)	(1.329.966)	8.245.854	39.681.938	2.117.711	36.247.837	3.540.820	2.739.981	5.658.531	38.987.818
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(1.713.669)	(2.104.135)	(4.095.973)	(42.798)	8.245.854	39.681.938	2.436.212	37.535.005	3.566.348	2.756.524	6.002.560	40.291.529
Interesses sem controlo	-	-	(318.501)	(1.287.168)	-	-	(318.501)	(1.287.168)	(25.528)	(16.543)	(344.029)	(1.303.711)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	3.915.601	7.603.655	81.774.661	78.050.350	19.060	32.568	85.709.322	85.686.573	(27.272.113)	(27.226.596)	58.437.209	58.459.977
Inventários	169.374	222.561	29.541	118.782	-	-	198.915	341.343	-	-	198.915	341.343
Investimentos financeiros	916.914	850.662	11.514	10.756	620.939.254	661.031.196	621.867.682	661.892.614	54.391.274	63.731.623	676.258.956	725.624.237
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	6.778.520	8.411.863	157.609.791	165.306.642	164.391.881	173.722.075	(157.598.698)	(165.174.879)	6.793.183	8.547.196
Outros ativos correntes do segmento	5.299.561	6.069.810	61.572.507	52.289.769	267.341.241	274.701.130	334.213.309	333.060.709	(22.226.060)	(11.709.807)	311.987.249	321.350.902
Passivos:												
Passivos do segmento	15.517.833	17.648.480	92.592.268	76.516.261	1.942.500	5.264.624	110.052.601	99.429.365	(46.261.763)	(31.855.290)	63.790.838	67.574.075
CAPEX	481.135	488.781	10.130.129	5.213.666	461	(972)	10.611.725	5.701.475	110.394	403.525	10.722.119	6.105.000



Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2016			
Multimédia	-	272.110	-
Sistemas de Informação	-	-	211.684
Atividades de Holding	-	49.601	-
Clientes externos	10.664.635	87.602.150	-
	10.664.635	87.923.861	211.684
2015			
Multimédia	-	130.618	-
Sistemas de Informação	-	-	241.779
Atividades de Holding	488	51.382	-
Clientes externos	11.278.805	88.436.839	15.866
	11.279.293	88.618.839	257.645

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado aproximadamente 100% do réditto.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 47,7% do réditto (47,5% em 2015) seguido do mercado espanhol representando 11,2% do réditto (10,3% em 2015).



As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 30 de setembro de 2016 e 2015, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2016	setembro 2015
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.147.359	1.160.185
Ativos intangíveis	1.169.889	1.170.774
Impostos diferidos ativos	118.541	122.196
Outros ativos não correntes	16.325	42.893
Ativo não corrente	2.452.114	2.496.048
Cientes	357.851	358.430
Caixa e equivalentes de caixa	1.510	13.011
Outros ativos correntes	207.687	116.926
Ativo corrente	567.048	488.367
Total do ativo	3.019.162	2.984.415
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.073.085	1.027.249
Provisões para outros riscos e encargos	146.756	138.205
Outros passivos não correntes	56.215	32.326
Passivos não correntes	1.276.056	1.197.780
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	128.591	136.994
Fornecedores	274.478	327.267
Outros passivos correntes	300.647	265.410
Passivos correntes	703.716	729.671
Total do passivo	1.979.772	1.927.451
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.030.120	1.047.445
Interesses sem controlo	9.270	9.519
Total do capital próprio	1.039.390	1.056.964
Total do capital próprio e do passivo	3.019.162	2.984.415

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	setembro 2016	setembro 2015
Receitas totais	1.124.094	1.067.897
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(474.032)	(455.136)
Depreciações e amortizações	(292.503)	(267.649)
Outros custos operacionais	(238.050)	(214.287)
	(1.004.585)	(937.072)
Resultados financeiros	(18.775)	(29.697)
Imposto sobre o rendimento	(22.499)	(27.735)
Resultado líquido consolidado do exercício	78.235	73.393
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	(152)	(136)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	78.387	73.529

25. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (6.002.560 euros em 2016 e 40.291.529 euros em 2015) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2016 e 2015).

26. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A., tendo a 10 de março de 2014 os planos da Sonaecom sido convertidos para ações Sonae. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom, cuja entrega foi efetuada em maio de 2015.

O plano de 2012 foi entregue em março de 2016 para todas as empresas.

Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2016 são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 setembro 2016	
	Cotação 30 setembro 2016	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS					
Plano 2013	0,680	10-mar-14	10-mar-17	173	1.597.025
Plano 2014	0,680	10-mar-15	10-mar-18	185	1.501.422
Plano 2015	0,680	10-mar-16	10-mar-19	201	1.808.031

Todos os planos incluem colaboradores do Grupo We Do, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo a partir de 2013.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2015:		
Ainda diferidas	402	4.042.703
Total	402	4.042.703
Movimentos no período:		
Atribuídas	204	1.828.091
Vencidas	(23)	(813.157)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(24)	(151.159)
Saldo a 30 setembro 2016:		
Ainda diferidas	559	4.906.478
Total	559	4.906.478

(1)As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.



Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos foram utilizados para cobrir a entrega do plano de 2011 e do plano de 2012. Desta forma no período findo a 30 de setembro de 2016 não existem contratos de cobertura em aberto.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos para os planos em aberto e para o plano entregue no período findo em 30 de setembro de 2016 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.205.793
Custos reconhecidos no período	247.471
Custos dos planos exercidos no período	(813.651)
Total de custos dos Planos	1.639.613
Registados em 'Outros passivos correntes	926.752
Registados em 'Outros passivos não correntes	712.861

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de novembro de 2016.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Andrew Eustace Clavinging Campbell Dag Johan Skattum Marcelo Faria Lima Tsega Gebreyes	Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério Christine Cross José Manuel Neves Adelino Margaret Lorraine Trainer

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding, SGPS, SA ACCIVE Insurance Cons. e Franchising, Lda Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA ADD Avaliações Eng. Aval. e Perícias, Ltda Adlands BV Aduanas Caspe, S.L.U. Aegean Park, SA Agepan Eiweiler Management GmbH Agloma Inmobiliaria y Servicios, S.L. Agloma Investimentos, Sgps, S.A. ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Algarveshopping - Centro Comercial, SA Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., SA Arat Inmuebles, S.A. ARP Alverca Retail Park, SA Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA Aserraderos de Cuellar, SA Atelgen-Produção Energia, ACE Atlantic Ferries-Tráf. Loc. Flue Marit, SA Avenida M-40 BV Azulino Imobiliária, S.A. BA Business Angels, SGPS, SA BA Capital, SGPS BB Food Service, SA Beeskow Holzwerkstoffe Beralands BV Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	BIG Picture 2 Films Bloco Q-Sociedade Imobiliária, SA Bom Momento - Restauração, S.A. Bright Development Studio, S.A. Bright Ventures Capital SCR Canal 20 TV, SA Canasta-Empreendimentos Imobiliários, SA Candotal Spain, S.L. Cape Technologies Limited CAPWATT - Brainpower, S.A. Capwatt ACE, S.A. Capwatt Colombo - Heat Power, S.A. Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A. Capwatt Hectare - Heat Power, ACE Capwatt II - Heat Power, S.A. Capwatt III - Heat Power, S.A. Capwatt Maia - Heat Power, S.A. Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A. Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A. Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A. CAPWATT, SGPS, S.A. Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária, SA Cascaishopping Centro Comercial, SA Cascaishopping Holding I, SGPS, SA CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA Centro Colombo Centro Comercial, SA Centro Residencial da Maia, Urban., SA Centro Vasco da Gama Centro Comercial, SA Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária, SA



Cinclus Imobiliária,SA	GHP Gmbh
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl
Coimbrashopping Centro Comercial, SA	Global Usebti, S.L.
Colombo Towers Holding BV	Glunz AG
Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	Glunz Service GmbH
Comercial Losan, S.L.U.	Glunz UK Holdings Ltd
Comp. Pesca Comércio Cosal, SARL	Glunz Uka GmbH
Companhia Térmica do Serrado, ACE	Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA
Companhia Térmica Tagol, Lda.	Guimarãesshopping Centro Comercial, SA
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Harvey Dos Iberica, SL
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA	Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA	Herco Consultoria de Risco, S.A.
Continente Hipermercados, SA	HighDome PCC Limited
Country Club da Maia-Imobiliária,SA	HighDome PCC Limited (Cell Europe)
CTE-Central Termoelect. do Estuário, Lda	Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A.
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Iberian Assets, SA
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	Iberosegur-Soc. Ibérica Med. Seguros,Lda
Discovery Sports, SA	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga Holdings, S.L.	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga SITECO, S.L.U.	Imobeauty, SA
Dortmund Tower GmbH	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Dos Mares Shopping Centre BV	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre, SA	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
Dreamia B.V	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Dreamia, Serv. de Televisão, SA	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Elergone Energias, Lda	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Empracine - E. Pro. Act. Cinema, Lda	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imosedas - Imobiliária e Seviços, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Impaper Europe GmbH
Farmácia Seleção, SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fashion Division Canárias, SA	Infocfield - Informática, SA
Fashion Division, S.A.	Inovretail, Lda.
Filmes Mundáfrica, SARL	Inparvi SGPS, SA
FINSTAR - Socied. Investim. Part. S.A.	Interlog-SGPS, SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Frases e Frações Imobiliária e Serv., SA	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Irmãos Vila Nova, SA
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Isoroy SAS
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	IVN - Serviços Partilhados, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	IVN Asia Limited
Fundo Invest. Imobiliário Imosona e Dois	Land Retail BV
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Funtobar Spain SL	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl



Libra Serviços, Lda	NOS Sistemas España, S.L.
Loop 5 Shopping Centre GmbH	NOS Sistemas S.A.
Losan Colombia, S.A.S.	NOS Technology-C.C. e Gest.Redes Com.,SA
Losan Overseas Textile, S.L.	NOS Towering-Gestão de Torres Telec., SA
Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.	NOS, SGPS, S.A.
Lusomundo Imobiliária 2, SA	NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda	Novodecor (PTY), LTD
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	OSB Deustchland GmbH
Luz del Tajo BV	Pantheon Plaza BV
Luz del Tajo Centro Comercial, SA	Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA
MA02 - Sierra Maroc SARL	Parcelas e Narrativas - Imobiliária SA
Madeirashopping Centro Comercial, SA	Pareuro BV
MaiaShopping Centro Comercial, SA	Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Parklake Shopping, SA
Marcas MC, zRT	Parque Atlântico Shopping -C.Comerc., SA
Marina de Tróia S.A.	Parque D. Pedro 1 BV
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MCCARE, Serviços de Saúde, S.A.	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS - Corretor de Seguros, SA	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
MDS Africa SGPS, SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Sertório Shopping Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Malta Holding Limited	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA
MDS RE - Mediador de resseguros	Per-Mar -Sociedade de Construções,SA
MDS, SGPS, SA	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Megantic BV	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
MJB-Design, Lda	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Mayor Shopping BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Plenerg Srl
Modelo Continente International Trade,SA	Poliface North America
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Praedium - Serviços, SA
MSTAR, SA	Praedium II - Imobiliária, SA
Münster Arkaden BV	Praesidium Services Limited
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
Norteshopping Centro Comercial, SA	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Açores Comunicações, S.A.	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Communications S.à.r.l.	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS Comunicações, S.A.	Project Guia, S.A.
NOS Inovação S.A.	Project SC 1 BV
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Project Sierra 10 BV
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Project Sierra 11 BV
NOS Lusomundo TV, S.A.	Project Sierra 12 BV
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Project Sierra 2 BV



Project Sierra 8 BV	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Cúcuta BV	Sierra Brazil 1 BV
Project Sierra Four Srl	Sierra Cevital Shopping Center, Spa
Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH	Sierra Core Assets Holdings, B.V.
Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH	Sierra Corporate Services Holland BV
Project Sierra Spain 1 BV	Sierra Developments Holding BV
Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sierra Developments, SGPS, SA
Project Sierra Two Srl	Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Germany GmbH
Proyecto Cúcuta S.A.S.	Sierra GP, Limited
Público - Comunicação Social, SA	Sierra Greece, SA
OCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investments (Holland) 1 BV
River Plaza BV	Sierra Investments (Holland) 2 BV
River Plaza Mall, Srl	Sierra Investments Holding BV
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Investments SGPS, SA
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Italy, Srl
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Management, SGPS, SA
S21 Sec Brasil, Ltda	Sierra Maroc Services, SARL
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	Sierra Portugal, SA
S21 SEC Gestion, S.A.	Sierra Project Nürnberg BV
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	Sierra Real Estate Greece BV
S21 Sec México, S.A. de CV	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
S21 Sec, S.A. de CV	Sierra Services Holland 2 BV
S21SEC Portugal - CyberSecurity Services, SA	Sierra Solingen Holding GmbH
Salsa DE GmbH	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
Salsa Distribution USA LLC	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
Salsa France, S.A.R.L.	Sierra VdG Holding BV
Salsa Luxembourg, Sàrl	Sierra Zenata Project BV
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	SISTAVAC, S.A.
Saphety Level - Trusted Services, SA	SISTAVAC, SGPS, S.A.
SC Aegean BV	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
SC Assets, SGPS, SA	SLS Salsa - Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.
SC Finance BV	SLS Salsa España - Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.
SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
SC Hospitality, SGPS, S.A.	Société de Tranchage Isoroy SAS.
SC, SGPS, SA	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
SC-Consultadoria,SA	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Soflorin BV
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA	Solinca - Health & Fitness, SA
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	Solingen Shopping Center GmbH
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Shopping Centre Colombo Holding BV	Somit Imobiliária, SA
Shopping Centre Parque Principado BV	Sonae Arauco France SAS
SIAL Participações, Lda	Sonae Arauco, S.A.
Sierra Asia Limited	Sonae Capital Brasil, Lda



Sonae Capital, SGPS, SA	Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
Sonae Center Serviços II, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Financial Services, S.A.	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	Tafisa France, SA
Sonae Industria (UK),Ltd	Tafisa UK,Ltd
Sonae Industria de Revestimentos,SA	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos,SL
Sonae Indústria-SGPS,SA	Tecnológica Telecomunicações, Ltda
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Teconologias del Medio Ambiente,SA
Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,SA	Teliz Holding B.V.
Sonae Investments BV	Têxtil do Marco, SA
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonae MC S2 Africa Limited	The House Ribeira Hotel - Expl. Hot., SA
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tlantic BV
Sonae RE, S.A.	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonae SGPS, SA	Tool GmbH
Sonae Sierra Brasil, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Troia Natura, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, SA	Troiaresort, SGPS, S.A.
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA
Sonae SR Malta Holding Limited	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sonae Tafibra Benelux, BV	Turismo da Samba (Tusal), SARL
Sonaecenter Serviços, SA	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A	UP INVEST, SGPS, S.A.
Sonaecom BV	Upstar Comunicações SA
Sonaecom, SGPS, SA	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA	Usebti Textile México S.A. de C.V.
Sonaecom-Sistemas Información España SL	Valor N, SA
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Via Catarina Centro Comercial, SA
Sonaerp - Retail Properties, SA	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Vuelta Omega, S.L.
Sonaetelecom BV	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
Sondis Imobiliária, SA	We Do Poland Sp.Z.o.o.
Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA	We Do Technologies (UK) Limited
Sontel BV	We Do Technologies Americas, Inc
Sonvecap BV	We Do Technologies Australia PTY Limited
Sopair, S.A.	We Do Technologies BV
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	We Do Technologies Egypt LLC
Soternix-Produção de Energia, ACE	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Spanboard Products,Ltd	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda
SPF - Sierra Portugal	Weierstadt Shopping BV
Spinarq Moçambique, Lda	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	Worten Canárias, SL
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	Worten España Distribución, SL
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	ZAP Cinemas, S.A.
Sport TV Portugal, SA	ZAP Media S.A.
Sport Zone Canárias, SL	ZAP Publishing, S.A.
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Spred, SGPS, SA	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Tableros Tradema,S.L.	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas,SL	

4.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	16.306	27.947	24.977
Ativos intangíveis	1.b) e 3	2.754	4.621	3.907
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	55.251.587	51.847.142	49.347.142
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	-	151.645	144.477
Outros ativos não correntes	1. d), 1.n), 4, 8 e 20	158.179.791	159.944.237	165.849.237
Total de ativos não correntes		811.117.382	809.642.536	813.036.684
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	-	81.173.373	79.796.807
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	1.331.957	2.746.006	3.005.261
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	489.856	430.189	378.552
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4 e 11	265.349.078	186.189.962	179.448.314
Total de ativos correntes		267.170.891	270.539.530	262.628.934
Total do ativo		1.078.288.273	1.080.182.066	1.075.665.618
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	12	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	834.236.219	817.581.760	817.581.760
Resultado líquido do período		20.156.212	39.096.465	34.389.062
Total do capital próprio		1.076.342.254	1.078.628.048	1.073.920.645
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	290.320	351.301	241.811
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	82.520	258.928	222.526
Total de passivos não correntes		372.840	610.229	464.337
Passivo corrente				
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	894.614	112.218	200.693
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	678.565	831.571	1.079.943
Total de passivos correntes		1.573.179	943.789	1.280.636
Total do passivo e capital próprio		1.078.288.273	1.080.182.066	1.075.665.618

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 30 setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	julho a setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Prestações de serviços	20	211.684	50.348	257.645	80.592	338.240
Outros proventos operacionais	20	119.949	15.220	176.019	86.173	241.085
		331.633	65.568	433.664	166.765	579.325
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(577.850)	(190.858)	(556.350)	(172.970)	(723.241)
Custos com o pessoal	1.t), e 23	(505.128)	(258.504)	(842.643)	(278.701)	(1.155.774)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(10.286)	(3.469)	(11.218)	(3.564)	(15.084)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	(48.509)	-	(46.490)	-	-
Outros custos operacionais		(120.610)	(10.052)	(80.259)	(62.967)	(63.231)
		(1.262.383)	(462.883)	(1.536.960)	(518.202)	(1.957.330)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos	5, 8 e 18	13.866.947	9.206.947	13.085.500	7.215.000	9.450.500
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de	7 e 18	4.808.251	-	25.270.317	2.159.391	23.886.615
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s) e 18	(62.125)	(22.356)	(96.483)	(10.327)	(135.054)
Outros proventos financeiros	1.r) e 18	1.759.887	454.360	1.959.573	651.767	2.113.424
Resultados correntes		19.442.210	9.241.637	39.115.611	9.664.394	33.937.480
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	714.002	742.495	(19.146)	(113.089)	451.582
Resultado líquido do período		20.156.212	9.984.132	39.096.465	9.551.305	34.389.062
Resultados por ação	22					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,07	0,03	0,13	0,03	0,11
Diluídos		0,07	0,03	0,13	0,03	0,11
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,07	0,03	0,13	0,03	0,11
Diluídos		0,07	0,03	0,13	0,03	0,11

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 30 setembro de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2016 (não auditado)	julho a setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)	julho a setembro 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Resultado líquido do período		20.156.212	9.984.132	39.096.465	9.551.305	34.389.062
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-	-
Rendimento integral do período		20.156.212	9.984.132	39.096.465	9.551.305	34.389.062

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2016									
Saldo em 31 de dezembro 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	8.441.804	20.405.855	817.581.760	34.389.062	1.073.920.645
Aplicação do resultado líquido de 2015									
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	1.719.453	-	32.669.609	34.389.062	(34.389.062)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(17.734.603)	(17.734.603)	-	(17.734.603)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	20.156.212	20.156.212
Saldo em 30 setembro 2016	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	15.163.177	8.441.804	35.340.861	834.236.219	20.156.212	1.076.342.254

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2015									
Saldo em 31 de dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189
Aplicação do resultado líquido de 2014									
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	291.040	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(13.759.606)	(13.759.606)	-	(13.759.606)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	39.096.465	39.096.465
Saldo em 30 setembro 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	8.441.804	20.405.855	817.581.760	39.096.465	1.078.628.048

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
Atividades operacionais		
Pagamentos ao pessoal	(1.024.967)	(1.825.537)
Fluxo gerado pelas operações	(1.024.967)	(1.825.537)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	1.341.994	998.758
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	1.465.451	511.010
Fluxo das atividades operacionais (1)	1.782.478	(315.769)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	2.957.000
Juros e proveitos similares	1.665.090	2.721.583
Empréstimos concedidos	600.000	965.000
Dividendos recebidos	20.073.952	17.357.220
Alienações de Investimentos ao justo valor	82.840.847	-
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(686)	-
Empréstimos concedidos	(3.280.000)	-
Fluxos das atividades de investimento (2)	101.899.203	24.000.803
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(46.314)	(535.502)
Dividendos pagos	(17.734.603)	(13.759.606)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(17.780.917)	(14.295.108)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	85.900.764	9.389.926
Caixa e seus equivalentes no início do período	179.448.314	176.800.036
Caixa e seus equivalentes no final do período	265.349.078	186.189.962

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

	setembro 2016 (não auditado)	setembro 2015 (não auditado)
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Recebimentos provenientes de outras atividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A.	-	2.957.000
Reembolso de empréstimo da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	(600.000)	-
	(600.000)	2.957.000
b) Pagamentos provenientes de outras atividades empresariais		
Empréstimo concedido à Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A.	3.280.000	-
	3.280.000	-
c) Dividendos recebidos		
NOS, SGPS, S.A.*	18.311.947	15.815.500
ZOPT, SGPS, S.A.	1.762.005	1.541.720
	20.073.952	17.357.220
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	861	499
Depósitos à ordem	120.528.217	67.454.463
Aplicações de tesouraria	144.820.000	118.735.000
Caixa e seus equivalentes	265.349.078	186.189.962
Disponibilidades constantes do balanço	265.349.078	186.189.962
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	1.000.000	1.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



4.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2016:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações)	1-jan-16
Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014)	1-jan-16
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização)	1-jan-16
O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas)	1-jan-16
O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial)	1-jan-16
Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	
Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento – Aplicar a exceção à Consolidação	1-Jan-16
Estas alterações foram endressadas para resolver problemas que surgiram no contexto da aplicação da exceção à consolidação para entidades de investimento.	

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes	1-jan-18
Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto)	Adiada indefinidamente
O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	
IAS 15- Receita de contratos com clientes	1-jan-18
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19
A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.	



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à norma IAS 12 – Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas A emenda à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas vem esclarecer a contabilização para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.	1-jan-17
Emendas à norma IAS 7 – Inicitativa de divulgação A emenda à IAS 7- Inicitativa de divulgação pretende melhorar a informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras acerca das atividades de financiamento de uma entidade.	1-jan-17
Emendas à norma IFRS 2 – Pagamento com base em Ações O objetivo das Clarificações à IFRS 2 Pagamento com base em Ações foi esclarecer a classificação e mensuração de operações de pagamento com base em ações.	1-jan-18
Emendas à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguro (emitida a 12 de setembro de 2016) As alterações destinam-se a responder às preocupações sobre as diferentes datas de vigência da IFRS 9 e a futura norma sobre contratos de seguro (esperada como IFRS 17 dentro dos próximos seis meses).	1-Jan-18

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2016, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de setembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2015.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a cinco anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo, são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição.



O custo de aquisição é a quantia de caixa ou seus equivalentes paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou constituição ou, quando aplicável, a quantia atribuída a esse ativo aquando do reconhecimento inicial de acordo com o requisitos específicos da IFRS 2.

A retribuição transferida pode incluir ativos ou passivos da adquirente que tenham quantias escrituradas que diferem do seu justo valor na data de aquisição (por exemplo, ativos não monetários ou um negócio da adquirente). Se assim for, a adquirente deve voltar a mensurar os ativos ou passivos transferidos pelo seu justo valor na data de aquisição e reconhecer os ganhos ou perdas resultantes, se houver, na demonstração de resultados. No entanto, por vezes, os ativos ou passivos transferidos permanecem na entidade adquirida após a realização do negócio e, portanto, o adquirente retém o controlo sobre os mesmos. Nessa situação, a adquirente deve mensurar esses ativos e passivos pelas suas quantias escrituradas imediatamente antes da data da aquisição e não deve reconhecer qualquer ganho ou perda na demonstração de resultados em ativos ou passivos que ela controla tanto antes como depois da realização do negócio.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente
Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.



Os 'Empréstimos e contas a receber' são registrados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registrados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registrados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.


A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.



Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a



resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do período' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, desde 1 de janeiro de 2015, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros

suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.



o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 30 de setembro de 2016, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no

montante de cerca de 53,2 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o período findo em 30 de setembro de 2016.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2016		2015	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,1614	1,2480	1,3541	1,3756
Franco suíço	0,9195	0,9145	0,9162	0,9423
Coroa sueca	0,1039	0,1067	0,1063	0,1067
Dólar americano	0,8960	0,8961	0,8926	0,8978

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada



ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';

- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';

- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;

- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do período, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 30 de setembro de 2016, os planos atribuídos durante o ano 2014, 2015 e 2016 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' (Nota 23). Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-



determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do período. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 30 de setembro de 2016 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar

os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.



A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2016
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2015	347.208	43.858	22.060	171	243.696	104	-	657.097
Saldo final em 30 setembro 2016	347.208	43.858	22.060	171	243.696	104	-	657.097
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2015	334.022	43.787	13.328	171	240.708	104	-	632.120
Depreciações do período	3.160	54	4.136	-	1.321	-	-	8.671
Saldo final em 30 setembro 2016	337.182	43.841	17.464	171	242.029	104	-	640.791
Valor líquido	10.026	17	4.596	-	1.667	-	-	16.306
2015								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Adições	-	-	-	-	979	-	-	979
Alienações	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Saldo final em 30 setembro 2015	347.208	43.858	22.060	171	243.697	104	-	657.098
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Depreciações do período	3.160	54	4.136	-	2.754	-	-	10.104
Saldo final em 30 setembro 2015	332.969	43.769	11.949	171	240.189	104	-	629.151
Valor líquido	14.239	89	10.111	-	3.508	-	-	27.947

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2016
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2015	9.719	192.552	183	202.454
Adições	70	168	224	462
Transferências	-	407	(407)	-
Saldo final em 30 setembro 2016	9.789	193.127	-	202.916
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2015	9.719	188.828	-	198.547
Amortizações do período	47	1.568	-	1.615
Saldo final em 30 setembro 2016	9.766	190.396	-	200.162
Valor líquido	23	2.731	-	2.754

				2015
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Alienações	-	-	(350)	(350)
Transferências	-	148	(148)	-
Saldo final em 30 setembro 2015	9.719	192.552	-	202.271
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Amortizações do período	-	1.114	-	1.114
Saldo final em 30 setembro 2015	9.719	187.931	-	197.650
Valor líquido	-	4.621	-	4.621

4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de setembro de 2016 e 2015, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2016
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	158.179.791	-	-	158.179.791	-	158.179.791
	158.179.791	-	-	158.179.791	-	158.179.791
Ativos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	418.900	-	-	418.900	913.057	1.331.957
Outros ativos correntes	-	-	419.325	419.325	70.531	489.856
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	265.349.078	-	-	265.349.078	-	265.349.078
	265.767.978	-	419.325	266.187.303	983.588	267.170.891

						2015
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	151.645	-	151.645	-	151.645
Outros ativos não correntes (Nota 8)	159.944.237	-	-	159.944.237	-	159.944.237
	159.944.237	151.645	-	160.095.882	-	160.095.882
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	81.173.373	-	81.173.373	-	81.173.373
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	1.748.866	-	-	1.748.866	997.140	2.746.006
Outros ativos correntes	-	-	346.767	346.767	83.422	430.189
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	186.189.962	-	-	186.189.962	-	186.189.962
	187.938.828	81.173.373	346.767	269.458.968	1.080.562	270.539.530

						2016
				Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	82.520	82.520
	-	-	-	-	82.520	82.520
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	863.317	863.317	863.317	31.297	894.614
Outros passivos correntes	-	498.447	498.447	498.447	180.118	678.565
	-	1.361.764	1.361.764	1.361.764	211.415	1.573.179

						2015
				Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	258.928	258.928
	-	-	-	-	258.928	258.928
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	81.103	81.103	81.103	31.115	112.218
Outros passivos correntes	-	450.318	450.318	450.318	381.253	831.571
	-	531.421	531.421	531.421	412.368	943.789

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proventos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2016	2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	73.460.618
Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. ("Sonae IM")*	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	10.100.000	10.300.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	13.690.000	11.850.557
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	21.305.000	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
	170.847.205	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(115.595.618)	(106.283.215)
Total de investimentos em empresas do grupo	55.251.587	51.847.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2016
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	10.100.000	-	-	-	10.100.000
PCJ	11.850.555	1.839.445	-	-	13.690.000
Público	10.227.595	11.077.405	-	-	21.305.000
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	157.930.355	12.916.850	-	-	170.847.205
Imparidades (Nota 15)	(108.583.213)	(1.000.000)	-	(6.012.405)	(115.595.618)
	49.347.142	11.916.850	-	(6.012.405)	55.251.587

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Sonaecom BV	10.300.000	-	-	-	10.300.000
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	158.130.357	-	-	-	158.130.357
Imparidades (Nota 15)	(105.338.215)	(925.000)	-	(20.000)	(106.283.215)
	52.792.142	(925.000)	-	(20.000)	51.847.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

O valor de 6.012.405 euros refere-se à realocação da imparidade da rubrica 'Outros ativos não correntes' para a rubrica de 'Investimentos em empresas do grupo' (Nota 15).



A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2016, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.053.675.512 euros, um passivo consolidado de 63.790.838 euros, proveitos operacionais consolidados de 99.028.475 euros e capitais próprios consolidados de 989.884.674 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo para o período findo em 30 de setembro de 2016, de 5.658.531 euros.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

		2016			2015		
Empresa	Sede	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (nota 6)	Matosinhos	50%	1.274.728.995	40.654.414	50%	1.266.399.365	30.961.573
Sonae IM*	Maia	100%	80.575.204	(364.421)	100%	83.779.569	5.253.270
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	74.038	(35.191)	100%	1.391.030	151.585
PCJ	Maia	100%	(682.683)	(709.276)	100%	365.173	123.772
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	(23.009)	(27.604)	100%	55.426	(12.720)
Sonaecom SP	Maia	100%	202.299	75.981	100%	30.579	(52.737)
Público	Maia	100%	(1.969.513)	(2.004.393)	100%	(2.072.227)	(2.241.462)

(a) Demonstrações financeiras individuais.

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de participações em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 30 de setembro de 2016, para além das registadas na demonstração de resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2016	2015
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2016
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2015
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

A ZOPT é um empreendimento conjunto da Sonaecom, da Kento Holding Limited e da Unitel International Holdings, BV, criado para a **detenção de participação na sociedade NOS SGPS, S.A. ("NOS")**. No final do período findo em 30 de setembro de 2016 a ZOPT detinha 52,15% (50,01% em setembro de 2015) de participação na NOS. A 14 de junho de 2016, a Sonaecom vendeu a totalidade da sua participação direta na NOS (2,14%) para a ZOPT, conforme previsto no acordo parassocial entre a Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atuamente denominada Unitel International Holdings, BV), por 82.840.847 euros. Esta operação originou a alteração do título de imputação de direitos de voto da participação, passando a ZOPT a ser titular direta de 52,15% do capital social da NOS.

A aferição da existência ou não de imparidade para o valor desta participação é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A., cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Telecomunicações
Pressupostos	
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o periodo findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram como segue:

					2016
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	79.796.807	(64.114.961)	(15.681.846)	-	-
Sonae SGPS	144.477	(146.683)	2.206	-	-
	79.941.284	(64.261.644)	(15.679.640)	-	-

* Planos de incentivo de médio prazo

					2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	23.511.755	-	81.173.373
Sonae SGPS	2.303.954	(2.736.248)	216.842	367.097	151.645
	59.965.572	(2.736.248)	23.728.597	367.097	81.325.018
Registado em ativos não correntes (Nota 4)					151.645
Registado em ativos correntes (Nota 4)					81.173.373

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições a 30 de setembro de 2016 e de 2015 do investimento em ações Sonae SGPS correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, respetivamente.

A 30 de setembro de 2016, as diminuições do investimento em ações NOS correspondem à venda da totalidade da participação direta da Sonaecom na NOS (2,14%) para a ZOPT, conforme referido na nota 6 'Investimentos em empreendimentos conjuntos'. Para a determinação do justo valor das ações NOS na data da venda, foi utilizada a cotação do dia 14 de Junho de 2016 (5,822) para as 11.012.532 ações em carteira no momento da venda. Por conseguinte, esta operação gerou uma mais-valia de 18.725.886 euros registada na rubrica de 'Ganhos e perdas em Investimentos ao justo valor através de resultados' (Nota 18).

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	137.859
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	7,371	1,100
Justo valor	81.173.373	151.645

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2015 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo

8. Outros ativos não correntes

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae IM*	18.595.000	11.485.000
PCJ	3.090.000	4.135.000
Público	165.000	2.415.000
Sonaecom SP	160.000	420.000
	22.010.000	18.455.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae IM*	29.519.791	29.519.792
Público	-	5.362.405
PCJ	-	1.189.445
	144.519.791	151.071.642
	166.529.791	169.526.642
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(8.350.000)	(9.582.405)
	158.179.791	159.944.237

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

				2016
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM*	15.315.000	3.280.000	-	18.595.000
PCJ	3.690.000	-	(600.000)	3.090.000
Público	165.000	-	-	165.000
Soanecom SP	160.000	-	-	160.000
	19.330.000	3.280.000	(600.000)	22.010.000

				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM*	12.220.000	-	(735.000)	11.485.000
PCJ	4.345.000	4.005.000	(4.215.000)	4.135.000
Público	2.435.000	-	(20.000)	2.415.000
Soanecom SP	420.000	-	-	420.000
	19.420.000	4.005.000	(4.970.000)	18.455.000

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Durante os períodos findos em 30 de setembro 2016 e 2015, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2016
Empresa	Saldo inicial	Diminuições		Saldo final
ZOPT	115.000.000	-		115.000.000
Sonae IM*	29.519.791	-		29.519.791
Público	11.077.405	(11.077.405)		-
PCJ	1.839.445	(1.839.445)		-
	157.436.641	(12.916.850)		144.519.791



				2015
Empresa	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae IM*	32.476.792	(2.957.000)	-	29.519.792
Público	5.362.405	-	-	5.362.405
PCJ	1.189.445	-	-	1.189.445
	<u>154.028.642</u>	<u>(2.957.000)</u>	<u>-</u>	<u>151.841.642</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 2,5% e 3,06%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas nas Notas 5 e 6.

9. Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2016	2015
Prejuízos reportáveis	1.989.008	2.087.467
Provisões e perdas por imparidade não aceites	120.683.314	115.185.229
CFEI	-	151
<u>Total</u>	<u>122.672.322</u>	<u>117.272.847</u>
<u>Impostos diferidos ativos</u>	<u>27.571.437</u>	<u>26.786.497</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes períodos:

Ano em que foram gerados	2016	2015
2014	417.692	438.368
	<u>417.692</u>	<u>438.368</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2016 e 2015 foi de 22,5%.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.



A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 é como se segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	19.442.210	39.115.611
Imposto	(4.082.864)	(8.214.278)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	714.002	(5.409)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(839.722)	(402.549)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	4.849.016	8.571.035
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	73.570	32.055
Impostos registados no período (Nota 19)	714.002	(19.146)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% para 2016 e 2015, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2016 e 2015.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2015 e 2016 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2012 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos advogados e consultores fiscais da Sociedade, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Estado e outros entes públicos	913.057	997.140
Outros devedores	418.900	1.748.866
	1.331.957	2.746.006

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 30 de setembro de 2016 e 2015, diz respeito a Iva a recuperar, pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	861	499
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	120.528.217	67.454.463
Aplicações de tesouraria	144.820.000	118.735.000
	<u>265.349.078</u>	<u>186.189.962</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2016	2015
Aplicações bancárias	123.000.000	109.400.000
Sonae IM*	15.080.000	5.665.000
Público	4.635.000	2.830.000
Sonaecom SP	2.075.000	715.000
PCJ	30.000	125.000
	<u>144.820.000</u>	<u>118.735.000</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2016, venceram juros a uma taxa média de 0,84% (0,54% em 2015).

12. Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2016		2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	<u>311.340.037</u>	<u>100,00%</u>	<u>311.340.037</u>	<u>100,00%</u>

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

13. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante devido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

14. Empréstimos

Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Sonaecom não apresenta quaisquer empréstimos de curto prazo.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

À data de 30 de setembro de 2016 e 2015, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2016					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2015					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		

Em 30 de setembro de 2016 e 2015 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
2016				
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	108.583.213	1.000.000	6.012.405	115.595.618
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	10.917.405	3.445.000	(6.012.405)	8.350.000
Provisões para outros riscos e encargos	241.811	48.509	-	290.320
	119.742.429	4.493.509	-	124.235.938
2015				
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	105.338.215	925.000	20.000	106.283.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	7.797.405	1.805.000	(20.000)	9.582.405
Provisões para outros riscos e encargos	304.811	46.490	-	351.301
	113.440.431	2.776.490	-	116.216.921

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 30 de setembro de 2016, o reforço da rubrica 'Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes' inclui, principalmente, montantes referentes a imparidades e ajustamentos de investimentos financeiros.



Em 30 de setembro de 2016 e 2015, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

16. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Outros credores	863.317	81.103
Estado e outros entes públicos	31.297	31.115
	<u>894.614</u>	<u>112.218</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Trabalhos especializados	374.716	407.164
Deslocações e estadas	63.150	38.445
Seguros	36.666	37.777
Rendas e alugueres	27.448	14.632
Comunicação	27.208	6.279
Outros fornecimentos e serviços externos	48.662	52.053
	<u>577.850</u>	<u>556.350</u>

18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(4.445.000)	(2.730.000)
Dividendos obtidos	18.311.947	15.815.500
	13.866.947	13.085.500
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados (nota 7)	(15.679.640)	23.728.597
Dividendos obtidos	1.762.005	1.541.720
Ganhos na alienação de investimentos registados ao justo valor através de resultados	18.725.886	-
	4.808.251	25.270.317
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Outros empréstimos	(217)	(4.701)
	(217)	(4.701)
Outros custos financeiros	(62.342)	(91.782)
	(62.559)	(96.483)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	1.681.627	1.615.649
Diferenças de câmbio favoráveis	-	566
Outros proveitos financeiros	78.260	343.358
	1.759.887	1.959.573

No período findo a 30 de setembro de 2016 a rubrica 'Ganhos na alienação de investimentos registados ao justo valor através de resultados' inclui a mais-valia gerada com a venda das ações da NOS (18.725.886 euros) tal como descrito na nota 7 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'.

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos em empresas do grupo e empreendimentos conjuntos dizem respeito a dividendos recebidos da Zopt SGPS, S.A.. Os ganhos relativos a dividendos obtidos de investimentos registados ao justo valor através de resultados dizem respeito a dividendos recebidos da NOS SGPS, S.A..

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 3.445.000 euros (1.805.000 euros em 2015) e o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo no valor de 1.000.000 euros (925.000 euros em 2015) (Notas 5 e 15).

19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Imposto corrente (Nota 9)	714.002	(19.146)
Saldo final	714.002	(19.146)

20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 30 de setembro de 2016				
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos /(obtidos)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	7.957	-	40.225	-
Subsidiárias					
PCJ	29.561	-	30.000	9.285	3.090.000
Público	1.492	-	4.635.000	19.366	165.000
Sonae IM*	225.961	5.578	15.080.000	39.098	18.595.000
Sonacom BV	-	-	-	-	-
Sonae Telecom BV	-	-	-	-	-
Sonacom SP	2.943	148.211	2.075.000	(123.321)	160.000
Outras partes relacionadas					
Zopt SGPS	-	-	-	-	-
Digitmarket	1.505	44.025	-	(38.195)	-
Saphety	17.897	264.241	-	(335.344)	-
Sonacenter II	19.516	13.246	-	-	-
Wedo	93.843	241.377	-	-	-
S21 Sec Portugal **	-	-	-	(62.039)	-
NOS SGPS	-	-	-	452.604	-
NOS Comunicações	-	6.038	-	191.114	-
NOS Sistemas	-	51.097	-	5.272	-
Outros	30.896	53.279	-	57.813	-
	423.614	835.049	21.820.000	255.878	22.010.000

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonacom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS,

** Em agosto de 2016 esta empresa alterou a sua denominação social de Itrust- Cyber Security Intelligence, S.A. para S21Sec Portugal Cybersecurity Services, S.A. .

	Saldos a 30 de setembro de 2015				
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos /(obtidos)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	(942)	100.348	-	(47.190)	-
Subsidiárias					
PCJ	150.263	-	125.000	19.800	4.135.000
Público	34.198	950.244	2.830.000	23.937	2.415.000
Sonae IM*	83.457	-	5.665.000	98.545	11.485.000
Sonacom BV	551	-	-	256	-
Sonacom SP	19.186	83.630	715.000	(69.529)	420.000
Outras partes relacionadas					
Digitmarket	64.987	2.851	-	(10.275)	-
Saphety	118.544	5.439	-	(248.750)	-
Sonacenter II	19.516	(3.001)	-	-	-
Wedo	2.218.439	(134.241)	-	-	-
ZOPT	13.869	-	-	-	-
Others	2.837	(42.811)	-	68.790	-
	2.724.905	962.459	9.335.000	(164.416)	18.455.000

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonacom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS,



	Saldos a 30 de setembro de 2016			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	963.950	(26)
Subsidiárias				
PCJ	-	-	91.135	-
Público	-	179	103.311	2.339
Sonae IM*	-	48.150	448.393	-
Sonae com SP	-	193.538	33.005	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	39.702	-	-	-
Wedo	132.280	-	-	-
Saphety	39.702	1.366	-	-
Sonae center II	-	30.898	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	47.151	-	-
NOS Comunicações	-	27.343	(59.880)	-
Outros	-	11.341	1.839	-
	211.684	359.965	1.581.752	2.314

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae com Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

	Saldos a 30 de setembro de 2015			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	494.566	56.881
Subsidiárias				
PCJ	-	-	176.228	-
Público	-	(120)	147.277	2.383
Sonae IM*	-	41.603	610.265	-
Sonae com BV	-	-	807	-
Sonae telecom BV	-	-	(11)	-
Sonae com SP	-	226.390	33.554	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	46.240	-	-	-
Wedo	149.298	(800)	-	-
Saphety	46.240	1.542	-	-
Sonae center II	15.867	42.558	-	-
Raso - Viagens e turismo	-	29.690	-	-
NOS Comunicações	-	12.047	(26.726)	73.577
Others	-	45.080	-	-
	257.645	397.990	1.435.960	132.841

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae com Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, a empresa distribuiu a título de dividendos o montante de 4.699.332 euros, à sua empresa-mãe (2015: 3.646.033 euros).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2016 e 2015, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2016	2015
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	-	1.435.379
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	222.622
		222.622	1.658.001

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 28.727.104 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 564.900 euros.

Em 30 de setembro de 2016, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (20.156.212 euros em 2016 e 39.096.465 euros em 2015) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2016 e 2015).

23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A, tendo a 10 de março de 2014 os planos da Sonaecom sido convertidos para ações Sonae. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio de 2015.

O plano de 2012 foi entregue em março de 2016 para todas as empresas.

Desta forma, os planos em aberto a 30 de setembro de 2016 são os seguintes:

	Cotação 30.09.2016	Período de Diferimento		30 setembro 2016	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS					
Plano 2013	0,68	10-mar-14	10-mar-17	2	303.888
Plano 2014	0,68	10-mar-15	10-mar-18	2	167.408
Plano 2015	0,68	10-mar-16	10-mar-19	2	227.525



Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2015:		
Ainda diferidas	8	943.219
Total	8	943.219
Movimentos no período:		
Atribuídas	2	227.525
Vencidas	(4)	(496.764)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	24.841
Saldo a 30 setembro 2016:		
Ainda diferidas	6	698.821
Total	6	698.821

(*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaeacom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos foram utilizados para cobrir a entrega do plano de 2011 e do plano de 2012. Desta forma no período findo a 30 de setembro de 2016 não existem contratos de cobertura em aberto.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que mede a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos para os planos em aberto e para o plano entregue no período findo em 30 de setembro de 2016 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	744.407
Custos reconhecidos no período	28.904
Custos dos planos exercidos no período	(510.673)
Total de custos dos Planos	262.638
Registados em 'Outros passivos correntes	180.118
Registados em 'Outros passivos não correntes	82.520

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de novembro de 2016.

Anexo

A 30 de setembro de 2016, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Andrew Eustace Clavering Campbell Dag Johan Skattum Marcelo Faria Lima Tsega Gebreyes	Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério Christine Cross José Manuel Neves Adelino Margaret Lorraine Trainer

Empresas do grupo Sonaecom	
Bright Development Studio, S.A. Bright Ventures Capital SCR Cape Technologies Limited Digitmarket-Sistemas de Informação,SA Inovretail, Lda. PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA Praesidium Services Limited Público - Comunicação Social, SA S21 Sec Brasil, Ltda S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV S21 SEC Gestion, S.A. S21 Sec Information Security Labs, S.L. S21 Sec México, S.A. de CV S21 Sec, S.A. de CV S21SEC Portugal - CyberSecurity Services, SA Saphety - Transacciones Electronicas SAS Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	Saphety Level - Trusted Services, SA Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,SA Sonaecom - Serviços Partilhados, SA Sonaecom BV Sonaecom, SGPS, SA Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA Sonaecom-Sistemas Información España SL Sonaetelecom BV Tecnológica Telecomunicações, Ltda We Do Brasil-Soluções Informáticas,Ltda We Do Consulting-Sist. de Informação, SA We Do Technologies (UK) Limited We Do Technologies Americas, Inc We Do Technologies Australia PTY Limited We Do Technologies BV We Do Technologies Egypt LLC We Do Technologies Mexico, S. de RL



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

3shoppings - Holding, SGPS, SA	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
ACCIVE Insurance Cons. e Franchising,Lda	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
ADD Avaliações Eng.Aval.e Perícias, Ltda	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
Adlands BV	CAPWATT, SGPS, S.A.
Aduanas Caspe, S.L.U.	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
Aegean Park, SA	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA
Agepan Eiweiler Management GmbH	Cascaishopping Centro Comercial, SA
Agloma Imobiliaria y Servicios. S.L.	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA
Aglom Investimentos, Sggs, S.A.	CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA
ALEXA Administration GmbH	Centro Colombo Centro Comercial, SA
ALEXA Holding GmbH	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Cinclus Imobiliária,SA
Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., SA	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Arat Inmuebles, S.A.	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Colombo Towers Holding BV
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.
Aserraderos de Cuellar,SA	Comercial Losan, S.L.U.
Atelgen-Produção Energia, ACE	Comp. Pesca Comércio Cosal, SARL
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA	Companhia Térmica do Serrado, ACE
Avenida M-40 BV	Companhia Térmica Tagol, Lda.
Azulino Imobiliária, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
BA Capital, SGPS	Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA
BB Food Service, SA	Continente Hipermercados, SA
Beeskow Holzwerkstoffe	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
Beralands BV	CTE-Central Termoeléct. do Estuário, Lda
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
BIG Picture 2 Films	Discovery Sports, SA
Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA	DOC Malaga Holdings, S.L.
Bom Momento - Restauração, S.A.	DOC Malaga SITECO, S.L.U.
Canal 20 TV, SA	Dortmund Tower GmbH
Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA	Dos Mares Shopping Centre BV
Candotal Spain, S.L.	Dos Mares Shopping Centre, SA
CAPWATT - Brainpower, S.A.	Dreamia B.V
Capwatt ACE, S.A.	Dreamia, Serv. de Televisão, SA
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	Ecociclo - Energia e Ambiente, SA
Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
Capwatt II - Heat Power, S.A.	Elergone Energias, Lda
Capwatt III - Heat Power, S.A.	Empracine - E. Pro. Act. Cinema, Lda



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Farmácia Seleção, SA	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Fashion Division Canárias, SA	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Fashion Division, S.A.	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Filmes Mundáfrica, SARL	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
FINSTAR - Socied. Investim. Part. S.A.	Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Frases e Frações Imobiliária e Serv., SA	Impaper Europe GmbH
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Infofield - Informática, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Inparvi SGPS, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	Interlog-SGPS, SA
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA
Funtobar Spain SL	Irmãos Vila Nova, SA
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Isoroy SAS
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	IVN - Serviços Partilhados, SA
GHP GmbH	IVN Asia Limited
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Land Retail BV
Global Usebti, S.L.	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Glunz AG	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Glunz Service GmbH	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl
Glunz Uka GmbH	Libra Serviços, Lda
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Guimarãeshopping Centro Comercial, SA	Losan Colombia, S.A.S.
Harvey Dos Iberica, SL	Losan Overseas Textile, S.L.
Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda	Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.
Herco Consultoria de Risco, S.A.	Lusomundo Imobiliária 2, SA
HighDome PCC Limited	Lusomundo Moçambique, Lda
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA
Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A.	Luz del Tajo BV
Iberian Assets, SA	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Iberosegur-Soc. Ibérica Med. Seguros,Lda	MA02 - Sierra Maroc SARL
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	Maiashopping Centro Comercial, SA
Imobeauty, SA	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Imoclub-Serviços Imobilários, SA	Marcas MC, zRT
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	Marina de Tróia S.A.
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parcelas e Narrativas - Imobiliária SA
MCCARE, Serviços de Saúde, S.A.	Pareuro BV
MDS - Corretor de Seguros, SA	Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Parklake Shopping, SA
MDS Africa SGPS, SA	Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Parque D. Pedro 1 BV
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
MDS Malta Holding Limited	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MDS RE - Mediador de resseguros	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS, SGPS, SA	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
Megantic BV	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
MJB-Design, Lda	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Pátio Sertório Shopping Ltda
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Per-Mar-Sociedade de Construções,SA
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Plaza Mayor Shopping BV
MSTAR, SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Münster Arkaden BV	Plenerg Srl
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Polliface North America
Norteshopping Centro Comercial, SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
NOS Açores Comunicações, S.A.	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
NOS Communications S.à.r.l.	Praedium - Serviços, SA
NOS Comunicações, S.A.	Praedium II - Imobiliária, SA
NOS Inovação S.A.	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Lusomundo TV, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Project Guia, S.A.
NOS Sistemas España, S.L.	Project SC 1 BV
NOS Sistemas S.A.	Project Sierra 10 BV
NOS Technology-C.C. e Gest.Redes Com.,SA	Project Sierra 11 BV
NOS Towering-Gestão de Torres Telec., SA	Project Sierra 12 BV
NOS, SGPS, S.A.	Project Sierra 2 BV
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	Project Sierra 8 BV
Novodecor (PTY), LTD	Project Sierra Cúcuta BV
OSB Deustchland Gmbh	Project Sierra Four Srl
Pantheon Plaza BV	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH	Sierra Germany GmbH
Project Sierra Spain 1 BV	Sierra GP, Limited
Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA	Sierra Greece, SA
Project Sierra Two Srl	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investments (Holland) 1 BV
Proyecto Cúcuta S.A.S.	Sierra Investments (Holland) 2 BV
OCE-Desenv. e Fabrico de Equipamentos,SA	Sierra Investments Holding BV
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Investments SGPS, SA
River Plaza BV	Sierra Italy, Srl
River Plaza Mall, Srl	Sierra Management, SGPS, SA
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Maroc Services, SARL
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Portugal, SA
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Project Nürnberg BV
Salsa DE GmbH	Sierra Real Estate Greece BV
Salsa Distribution USA LLC	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
Salsa France, S.A.R.L.	Sierra Services Holland 2 BV
Salsa Luxembourg, Sàrl	Sierra Solingen Holding GmbH
SC Aegean BV	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
SC Assets, SGPS, SA	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
SC Finance BV	Sierra VdG Holding BV
SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sierra Zenata Project BV
SC Hospitality, SGPS, S.A.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
SC, SGPS, SA	SISTAVAC, S.A.
SC-Consultadoria,SA	SISTAVAC, SGPS, S.A.
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
SDSR - Sports Division SR, S.A.	SLS Salsa - Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.
Sellfa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA	SLS Salsa España - Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Société de Tranchage Isoroy SAS.
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
Shopping Centre Colombo Holding BV	Soflorin BV
Shopping Centre Parque Principado BV	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
SIAL Participações, Lda	Solinca - Health & Fitness, SA
Sierra Asia Limited	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sierra Berlin Holding BV	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sierra Brazil 1 BV	Solingen Shopping Center GmbH
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sierra Core Assets Holdings, B.V.	Somit Imobiliária, SA
Sierra Corporate Services Holland BV	Sonae Arauco France SAS
Sierra Developments Holding BV	Sonae Arauco, S.A.
Sierra Developments, SGPS, SA	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Sonae Capital, SGPS, SA



Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS

Sonae Center Serviços II, SA	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Sonae Financial Services, S.A.	Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
Sonae Ind., Prod. e Com. Deriv. Madeira, SA	Tafibra Suisse, SA
Sonae Industria (UK), Ltd	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Industria de Revestimentos, SA	Tafisa France, SA
Sonae Indústria-SGPS, SA	Tafisa UK, Ltd
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SA
Sonae Investments BV	Teconologias del Medio Ambiente, SA
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	Teliz Holding B.V.
Sonae MC S2 Africa Limited	Têxtil do Marco, SA
Sonae Novobord (PTY) Ltd	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot., SA
Sonae RE, S.A.	The House Ribeira Hotel - Expl. Hot., SA
Sonae Retalho Espanha-Serv.Generales, SA	Tlantic BV
Sonae SGPS, SA	Tlantic Portugal - Sist.de Informação, SA
Sonae Sierra Brasil, SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonae Sierra Brazil, BV / SARL	Tool GmbH
Sonae Sierra, SGPS, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	Troia Natura, S.A.
Sonae SR Malta Holding Limited	Troiareort, SGPS, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Troiareort-Investimentos Turísticos, SA
Sonaecenter Serviços, SA	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob., SA
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Turismo da Samba (Tusal), SARL
Sonaerp - Retail Properties, SA	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda
SONAESR - Serviços e logística, SA	UP INVEST, SGPS, S.A.
Sondis Imobiliária, SA	Upstar Comunicações SA
Sontaria-Empreend.Imobiliários, SA	Urbisedas-Imobiliária das Sedas, SA
Sontel BV	Usebtí Textile México S.A. de C.V.
Sonvecap BV	Valor N, SA
Sopair, S.A.	Via Catarina Centro Comercial, SA
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários, SA
Soternix-Produção de Energia, ACE	Vuelta Omega, S.L.
Spanboard Products, Ltd	Weierstadt Shopping BV
SPF - Sierra Portugal	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Spinaq Moçambique, Lda	Worten Canárias, SL
Spinaq-Engenharia, Energia e Ambiente, SA	Worten Espanha Distribución, SL
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	ZAP Cinemas, S.A.
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII, SA	ZAP Media S.A.
Sport TV Portugal, SA	ZAP Publishing, S.A.
Sport Zone Canárias, SL	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte, SA	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Spred, SGPS, SA	ZYEvolution-Invest.Desenv., SA
Tableros Tradema, S.L.	

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange. Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC:LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

investor-relationships@sonae.com

Tlf: +351 22 013 23 49